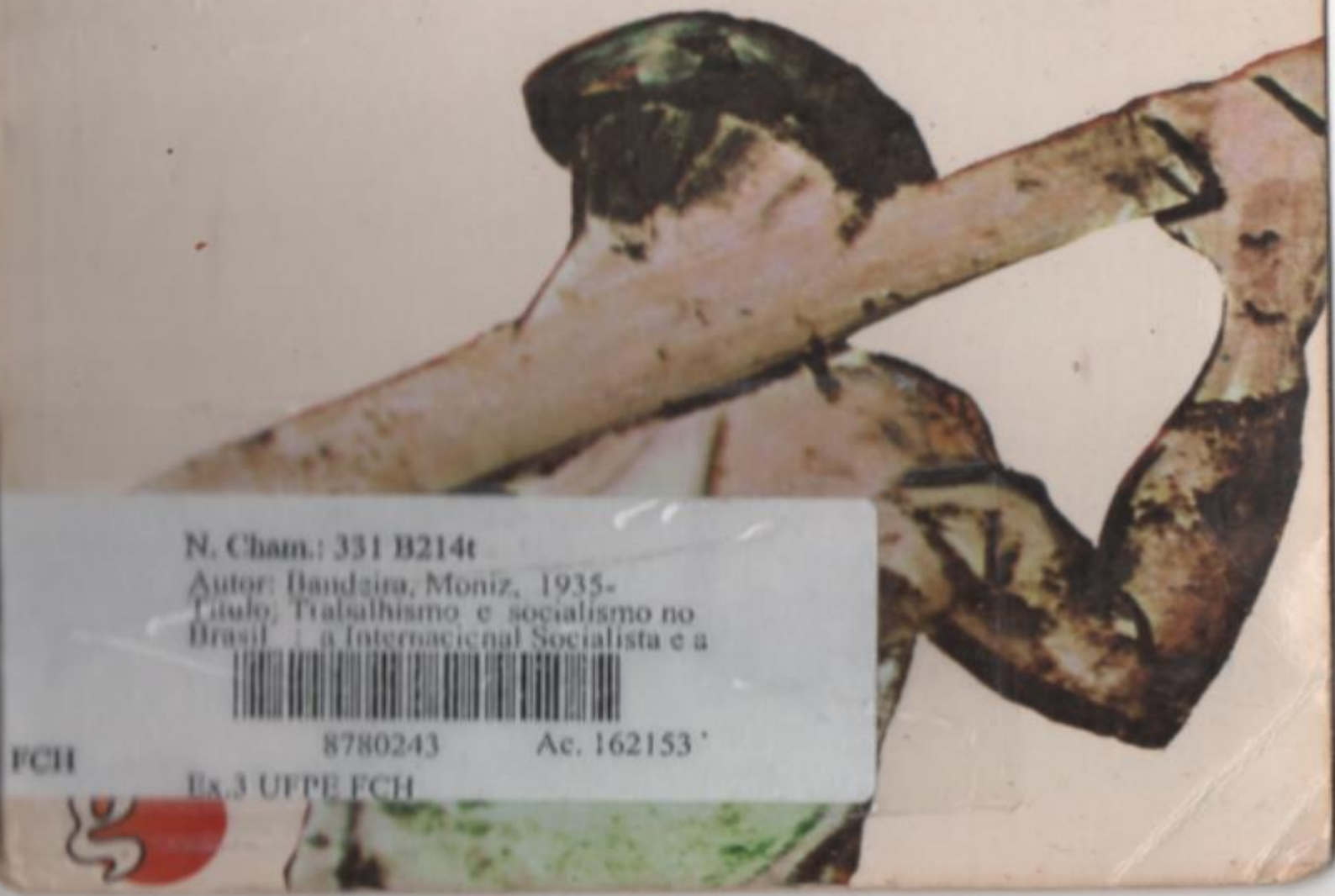
Moniz Bandeira

TRABALHISMO E SOCIALISMO NO BRASIL

A INTERNACIONAL SOCIALISTA E A AMÉRICA LATINA



N. Cham.: 331 B214t
Autor: Bandeira, Moniz, 1935-
Título: Trabalhismo e socialismo no Brasil : a Internacional Socialista e a
8780243 Ac. 162153
FCH
Ex.3 UFPE FCH

Sumário

Notas do Editor 2
Prefácio 3
Origens da Legislação Social 7
Vargas e os Socialistas 9
A Revolução de 1930 e a Legislação Social 12
O Estado Novo 14
Criação do PTB 16
A evolução de Vargas 18
A era de Kubitschek 20
O Governo de João Goulart 24
O papel de Brizola 26
ALIANÇA TRABALHISTA SOCIALISTA 30
DO PTB AO PDT 31
NOTAS 33
A INTERNACIONAL SOCIALISTA E A AMÉRICA LATINA 42
NOTAS 50

Notas do Editor

Antes de tecer qualquer comentário sobre o processo de transcrição desta obra preciso ressaltar que este trabalho se trata de, como denunciei anteriormente, de uma transcrição, uma vez que nenhum comentário ou perspectiva pessoal foi incorporado ao corpo do texto.

Em que pese esse ter sido um trabalho informal e não remunerado, prometo ao leitor que não poupei carinho ou esmero nesta transcrição, muito pelo contrário: A presente obra de Luiz Alberto de Vianna Moniz Bandeira parecia perdida e decidi resgatá-la. Enquanto lia e estudava sobre o Trabalhismo, sua história e contribuição para o Brasil, tive o prazer de receber a recomendação deste livro de um amigo engajado na política. Entretanto, ao pesquisar sobre a obra na internet, descobri que ela não se encontrava à venda em lugar algum. É curioso, é até possível encontrar uma página na *Amazon* com esse livro em capa comum, porém consta que o produto está fora de estoque e inexistem avaliações de clientes.

O único sítio eletrônico onde pude encontrar o livro completo foi no *Scribd*, num formato PDF contando com 58 (cinquenta e oito) páginas, em versão publicada pela editora Global. No entanto, a obra fora escaneada, muito provavelmente pelo celular, então não havia texto selecionável, o que dificulta à leitura, reprodução, e estudo do material. Deduzi então que o livro se perdeu e que aquele PDF era tudo que o separava de ser completamente apagado da internet, deixando-o inacessível a quem quisesse ler.

Tomei, portanto, a decisão de transcrever o livro no Word. Hoje, no dia 08 de junho de 2026, finalizei esse projeto pessoal e o resultado muito me satisfez. Não fiz uso de qualquer ferramenta de inteligência artificial ou qualquer meio que facilitasse o trabalho, quis garantir que a transcrição fosse tão perfeita quanto possível e respeitasse o legado do autor.

De qualquer forma, devo esclarecer ao leitor (a) que esta obra data de 1985, não foi escrita após a entrada em vigência do Novo Acordo Ortográfico, logo, ao longo da leitura certos termos podem parecer que foram acentuados incorretamente, ou que em outros o hífen não foi devidamente empregado, mas foram apenas redigidos de forma a manter a originalidade da época do autor. A única supressão que fiz foi em relação aos tremas. Estes, não consegui encontrar boas razões para manter. Dificilmente imagino o (a) leitor (a) sentindo falta deles. Esclarecido tudo isso, boa leitura a todos!

Prefácio

Do final do século XIX para o começo do século XX, inúmeras tentativas para a formação de centros ou partidos socialistas ocorreram em alguns Estados do Brasil, sobretudo no Rio de Janeiro e em São Paulo. Essas iniciativas, descoordenadas, não sensibilizaram, politicamente, a massa de um proletariado que emergia nas condições de mais absoluta miséria. E todas, na verdade, se frustraram. O Partido Socialista do Brasil, criado em São Paulo por volta de 1902, logo feneceu. O Partido Socialista Coletivista, que existia no Rio de Janeiro àquela época, não escapou igual destino. Tanto assim que Isaac Isecksohn, jovem militante da União da Juventude Socialista de Buenos Aires, emigrou para o Rio de Janeiro, em 1916, o Clube Socialista, que ele descobriu, não passava de uma casa de jogo. [1]

A mais importante tentativa de organizar a social-democracia brasileira ocorreu em 1917. Influenciados por alguma leitura de Marx (Manifesto Comunista e um resumo de O capital), mas, principalmente, pelas concepções de Jaurés, Turati, Avenarius e Bernstein [2], alguns intelectuais e estudantes se reuniram, no Rio de Janeiro, para fundar a União Socialista, que se transformaria no Partido Socialista do Brasil, articulando-se com o Centro Socialista Internacional, existente em São Paulo. [3] O PSB, ao qual Nestor Peixoto de Oliveira, Isaac Isecksonh e o poeta Murilo Araújo pertenceram, funcionou precariamente até, 1919, quando, por alguns meses, editou o jornal *Folha* Nova, depois rebatizado como Tempos Novos, que circulava a cada 15 dias.

O propósito do PSB era filiar-se à Internacional Socialista, com a qual se identificava. Seus dirigentes pretenderam enviar um representante ao Congresso Socialista Pan-Americano, que se realizaria em Buenos Aires. [4] Mas não o fizeram. O PSB não tinha recursos, seus adeptos somavam no máximo 300 [5] e, além do mais, a Internacional Socialista reconhecera um partido que existia somente no bairro de Madureira (Rio de Janeiro). Aliás, entre 1919 e 1920, vários partidos surgiram, intitulando-se socialistas ou operários, de âmbito local e sem maiores vinculações entre si. Há notícias de um Partido Socialista Cearense, que publicava *O Ceará Socialista*, de um Partido Socialista Baiano, de um Partido Operário de Petrópolis (Estado do Rio de Janeiro), de um Partido Operário Independente e de um Partido Trabalhista; estes dois últimos no Rio de Janeiro. [6]

Houve, então, várias outras tentativas, sobretudo no âmbito estadual e, por vezes, municipal, para a organização de centros e partidos chamados operários, socialistas ou trabalhistas, com objetivos eleitoreiros. Este fenômeno refletiu a ascensão do movimento operário, que entre 1917 e 1921 abalou as principais cidades brasileiras, como Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Recife, com greves e sublevações. Os socialistas, entretanto, não conheciam bem as idéias de Marx e sofriam forte influência dos utopistas, com exceção, talvez, de pequenos agrupamentos estrangeiros (italianos e alemães) existentes em São Paulo. Nenhuma daquelas iniciativas, assim, frutificou.

A concepção confusa de um socialismo evolutivo não podia seduzir, evidentemente, um proletariado emergente, miserável e em desespero, premido pela fome, contaminado pela tuberculose e envolto pela prostituição.[7] As reivindicações mais prementes pelas quais o proletariado se batia e enfrentava dura repressão, eram ainda jornada de 8 horas, aumento de salário, pagamento em dia certo e melhores condições de trabalho.[8] Os anarquistas souberam melhor interpretar e defender estas aspirações. Desde o Congresso Operário de 1906 eles assumiram o controle da maioria das associações de classe e, rejeitando toda e qualquer forma de luta política, e, particularmente, eleitoral, orientaram o proletariado para ação direta, que tanto significava greves, passeatas e comícios, como boicote, sabotagem e até mesmo a utilização de bombas.

A formação do proletariado brasileiro naturalmente facilitava a penetração dos ideais libertários de Bakunin e Kropotkin. Era quase todo ele de imediata origem camponesa e artesanal, inclusive o que procedia de correntes imigratórias. O Brasil, cuja industrialização a Guerra Mundial de 1914-1918, interrompendo o fluxo das importações, impulsionara, atravessava uma fase semelhante à da Europa na primeira metade do século XIX. Com o capitalismo em plena acumulação primitiva, ainda não apresentava as condições sociais e políticas para o florescimento de um partido socialista nos moldes dos que já existiam na Inglaterra, na França e na Alemanha.

Os países atrasados contam, no entanto, com a vantagem de poderem saltar as etapas que outros já percorreram, assimilando suas experiências e absorvendo os avanços da civilização no plano econômico social e político. Assim, o Partido Comunista do Brasil, fundado em 1922, nasceu de uma cisão do movimento anarquista e não da social-democracia, ao contrário do que ocorreu em quase todos os países. Em outras palavras, parte do proletariado brasileiro, sob o impacto da Revolução Russa de 1917, pulou diretamente para a Terceira Internacional sem transitar pela Segunda.

A perspectiva concreta da revolução social, que derrubou na Rússia o Império dos tzares, instituiu o Poder Soviético e ameaçava alastrar-se por toda a Europa, dimensionou politicamente a questão social. As classes dominantes brasileiras já não podiam deixar de reconhecê-la, nem de considerar o proletariado como força, depois das greves gerais e das tentativas de levante que aconteceram entre 1917 e 1921. Apesar da repressão, desencadeada contra os trabalhadores, a agitação continuou, ganhando os quartéis, onde os Tenentes se insurgiram refletindo os anseios de mudanças das classes médias. E o ideal socialista, difuso e confuso, tornou-se latente em todos os movimentos de contestação ao regime.

João Alberto Lins de Barros, um dos comandantes da Coluna Prestes, evocou a imagem do Capitão Joaquim Távora, um dos chefes da insurreição de 1924, como a de um "socialista ardoroso", que explicava os acontecimentos políticos à luz da economia. [9] Recordava-lhe seu pai, "também socialista, criticando, falando mal do Governo". [10] Embora outros autores façam referências mais ou menos análogas à ideologia dos Tenentes, rebelados em 1922 e em 1924, não se pode dizer, sem dúvida, que eles fossem conscientemente socialistas ou mesmo democratas consequentes, embora reclamassem um regime de representações política e de justiça social. Alguns inclusive admiravam Mussolini, o que não significava que tivessem clara consciência do fascismo. [11]

O Brasil espelhava, obliquamente, as contradições ideológicas que atassalhavam a Europa, e os Tenentes, com a ambiguidade própria das classes médias, expressaram os anseios de mudanças, generalizados por toda a sociedade. Dessa forma, quando a sublevação de 5 de julho de 1924 irrompeu em São Paulo, centenas de trabalhadores se juntaram aos militares. Segundo o velho militante sindical Everardo Dias, "talvez 50% dos que acompanharam as forças até Bauru ou até as barrancas do Paraná eram trabalhadores e civis simpatizantes". [12] Aliás, desde o levante do Forte de Copacabana em 1922, a juventude militar, que conspirava contra a oligarquia dominante, mantinha estreito contato com os líderes sindicais. [13] E o próprio General Isidoro Dias Lopes, que comandaria a rebelião, não só manteve entendimento com limitantes operários [14], como conferenciou, demoradamente, com Astrojildo Pereira, fundador e dirigente do PCB.

Isidoro Dias Lopes, que ficou "encantado com ele" [15], Astrojildo Pereira, expôs-lhe s seus objetivos e mostrou-lhe as vantagens que a vitória do movimento poderia trazer para o PCB. Não assumiu, porém, nenhum compromisso senão o de dar ao comunistas, todas, "absolutamente todas", as garantias para que pudessem fazer, com liberdade, a

propaganda de suas idéias.[16] "Não éramos ainda comunistas" –Isidoro Dias Lopes posteriormente recordaria – "mas poderíamos vir a sê-lo, porque não tínhamos o fetichismo por nenhuma forma de governo".[17] Ele se considerava um democrata, "na acepção científica do termo", isto é, "partidário do governo do povo, cuja existência é a razão de ser das forças de governo", e por isso entendia que o proletariado devia governar.[18] Não acreditava no "casamento artificial do capital com o trabalho"[19], ensaiado por Mussolini na Itália, e dizia:

> "Por enquanto, se o sovietismo russo é a solução do problema político-social, para lá devemos seguir, não esquecendo nunca que é questão de aplicação, que deve ter variante para cada povo e que não há nem haverá última forma, definitiva, de governo".[20]

Outros oficiais, como o General Olinto Mesquita de Vasconcelos, também manifestavam confusas simpatias pela esquerda. Durante a marcha da Divisão São Paulo, doou terras aos índios das barrancas do Paraná, concitando-os a "varrer o capitalismo do Brasil".[21] "Você pode imaginar qual foi o meu pasmo, ouvindo da boca de um General uma arrojada proposição dessas" – comentou o jornalista Reis Perdigão em carta a Pedro Mota Lima.[22] Os revolucionários, integrantes da Divisão São Paulo, comemoraram ainda a data nacional do Brasil, no dia 7 de setembro de 1924, promovendo a fundação de uma cidade, ás margens do rio Paraná, onde, ao pé de uma grande cruz de madeira, enterraram uma garrafa de champanha, com uma ata assinada por todos os presentes, e os seguintes dizeres:

> "Só haverá realmente povo quando desaparecerem as castas. O comunismo é o único processo capaz de resolver esse problema."[23]

Tais manifestações não só ocorreram na Divisão São Paulo, ao encontro da qual rumou a coluna do Rio Grande do Sul, comandada pelo Capitão Luís Carlos Prestes. Também no Amazonas, o Tenente Ribeiro Júnior, que chefiou a revolta naquele Estado e assumiu o Governo, criou o tributo de redenção (imposto cobrado aos ricos para socorrer aos pobres), acabou com as casas de tavolagem, combateu os açambarcadores de gêneros alimentícios e expropriou o matadouro, de propriedade de um grupo inglês, transferindo-o para o controle da chamada Comuna de Manaus. Em toda parte, uma indefinida

tendência para a esquerda se insinuou, condicionada pela necessidade de mudança que latejava na República Velha.[24]

Origens da Legislação Social

De fato, após as greves gerias e as rebeliões operárias do período de 1917-1921, cuja dimensão política o impacto da Revolução Russa ressaltou, ninguém mais pode ignorar a questão social. Ela se evidenciou em todo o movimento de contestação ao regime, desencadeado pelos Tenentes, a partir de 1922. O próprio Arthur Bernardes, em sua plataforma de candidato à Presidência da República, delineou, embora superficialmente, um esboço de legislação trabalhista, "dentro dos limites conctitucionais"[25], e seu Governo, entre 1925 e 1926, tomou algumas iniciativas a fim de implementá-la, começando pela instalação do Conselho Nacional do Trabalho.[26]

Esse órgão, criado por decreto desde 1923, nasceu, na verdade, de uma idéia do Deputado Socialista Maurício de Lacerda. Em 1917 ele apresentara à Câmara Federal um projeto de legislação trabalhista bastante completo e avançado, no qual não só preconizava a criação de um Departamento Nacional do Trabalho e de juntas de conciliação e julgamento, como também fixava a jornada de trabalho em 8 horas, estabelecia as condições de trabalho das mulheres, limitava em 14 anos a idade mínima para a admissão de operários nas fábricas e nas oficinas e regulamentava os contratos de aprendizado.[27]

O projeto, na época, não encontrou ambiente favorável. Os interesses do empresariado obstaculizaram sua tramitação na Câmara Federal. Em 1926, porém, a situação se modificara. A revolução socialista, que abateu o Império dos tzares e ameaçava alastrar-se por toda a Europa, levara as nações industrializadas a reconhecerem os direitos trabalhistas. E para que elas não perdessem a competitividade no mercado mundial, devido à elevação no custo da força de trabalho, o *Tratado de Versalhes*, concluindo a guerra de 1914-1918, obrigou todos os seus signatários a fazerem idênticas concessões.[28] O Governo brasileiro não podia, por conseguinte, fugir a esse compromisso internacional e, além do mais, interessava ao Presidente Arthur Bernardes apaziguar a classe operária, com o objetivo de impedir que a agitação social servisse como combustível à rebelião militar, ainda acesa nos sertões pela Coluna Prestes.[29]

Bernardes deixou a Presidência da República em 15 de novembro de 1926 e coube ao seu sucessor, Washington Luís, sancionar, um mês após, o grosso das leis sociais, já

bem atenuadas pelo Congresso. Mas nenhuma delas praticamente se efetivou. Somente algumas empresas, por exemplo, respeitaram a lei de 15 dias de descanso remunerado para os trabalhadores nos serviços e nas indústrias. As corporações estrangeiras, que monopolizavam os transportes coletivos, eletricidade, gás, minas, metalurgia, frigoríficos, etc., sempre se recusaram a cumpri-la. E quando os trabalhadores reclamavam e recorriam à greve, o Governo intervinha para reprimir-los.[30] A questão social continuou como assunto de polícia.

Essas tensões, geradas na República Velha, afloraram com a insurreição que derrubou o Governo de Washington Luís, dando-lhe certa substância social. E em dado instante da Revolução de 1930, embora empalmada por uma dissidência de oligarquia, tendeu a desbordar, a superar a si mesma. Quando o Rio Grande do Sul se sublevou, os comunistas da cidade de Itaqui, fronteira com a Argentina, organizaram um soviete, que as próprias forças da Aliança Liberal se incumbiram de esmagar.[31] Em São Luís do Maranhão, com a vitória dos rebeldes, a Junta Governativa, sob a chefia do socialista José Maria Reis Perdigão, pretendeu nacionalizar a companhia norte-americana Ullen Managing Co., encarregada do abastecimento de água, luz, eletricidade, esgoto e carris, após determinar sua ocupação e prender seu gerente, Henry Isler, também cônsul dos Estados Unidos naquela cidade.[32]

Iniciativas como essas, tendendo a radicalizar o movimento no sentido social e antiimperialista, ocorreram em toda parte. E era natural que ocorressem. O Brasil precisava completar sua revolução democrático-industrial, como contingência de um processo de transformações econômicas, sociais e políticas que abalavam a estrutura de sua sociedade desde o término da Primeira Guerra Mundial. A insurreição contra o Governo de Washington Luís respondeu a essa necessidade histórica, porém, num momento de crise mundial do capitalismo, quando a revolução e a contra-revolução – o socialismo e o fascismo – entrechocavam-se, ameaçando convulsionar toda a Europa.

Em países atrasados, como o Brasil, as etapas revolucionárias podem sobrepor-se e confundir-se, pelo influxo dos níveis mais altos do desenvolvimento da economia mundial. Assim, como Abguar Bastos observou, a inclinação socialista no Brasil, por volta de 1930, "era uma realidade, pressentida por aqueles que estavam mais em contato com as misérias do povo".[33] E tão fortemente se manifestava que, com a queda da República Velha, os tenentistas fundaram partidos socialistas em diversos Estados, tal como fez o Coronel Miguel Costa em São Paulo.[34] O mimetismo, sem dúvida, pautava o

comportamento dos grupos insurgentes. Borradas, momentaneamente, as diferenciações políticas dos tempos normais, pela situação de mudança, todos, inclusive os mais conservadores, procuraram seguir o mesmo parâmetro e avançar em suas posições, a fim de que o processo revolucionário não os superasse.

Luís Carlos prestes, ainda como chefe da Liga de Ação Revolucionária, e o PCB se identificavam, historicamente, com uma ideologia de vanguarda. Mas se isolaram. Aferrados a uma concepção sectária e dogmática, não perceberam que a oportunidade revolucionária amadurecera com o cisma das classes dominantes e que, se participassem da luta, poderiam imprimir-lhe uma diretriz mais consequente e aprofundá-la no sentido social e anti-imperialista. E assim, não apoiaram o movimento da Aliança Liberal, à espera de outra revolução, segundo Prestes, realizada e sustentada pelas grandes massas.[35] Não obstante, era tal o apelo nacional e popular da insurreição contra o Governo de Washington Luís que enormes contingentes de prestistas e comunistas a ela aderiram; esvaziando a LAR e cindindo e desorganizando o PCB.[36]

Dessa forma, se a oligarquia cafeeira, debilitada pela recessão mundial de 1929, já não tinha condições de sustentar a República Velha e se nenhum outro segmento das classes dominantes podia impor sozinho a sua hegemonia, faltavam – aos trabalhadores – e mais ainda aos do campo – organização e direção para levá-lo ao poder. Esse impasse permitiu que Getúlio Vargas, ao derrubar a República Velha, jogasse com a direita e com a esquerda e emergisse como autêntico líder bonapartista, no sentido sociológico do termo, ou seja, aparecesse como árbitro em meio à crise do poder, seu Governo aparentemente flutuando acima dos interesses das classes sociais, mas favorecendo, *ultima ratio*, o desenvolvimento capitalista do País. Nesse sentido, ele realizou plenamente o que Antônio Carlos de Andrada, Presidente do Estado de Minas Gerais, aconselhara:

"É preciso fazer a revolução antes que o povo a faça." [37]

Vargas e os Socialistas

Vargas, na verdade, não tinha tradição revolucionária. Pelo contrário. Manifestara-se contra a rebelião militar de 1924[38], fora Ministro da Fazenda de Washington Luís e admite-se que simpatizava com a experiência fascista da Itália, com o direito corporativo, no qual já se inspirava – e não o escondera, quando Governador do Rio Grande do Sul.[39] Porém, antes de deflagrar, como candidato à Presidência da

República, a campanha da Aliança Liberal, buscou a colaboração de antigos militantes socialistas, a exemplo de Agripino Nazareth e Joaquim Pimenta, para a elaboração de sua plataforma social.[40] Nessa plataforma, com a qual arrebatou ao Bloco Operário e Camponês, organização eleitoral do PCB, grande parte do apoio dos trabalhadores[41], Vargas reconheceu a gravidade da questão social, salientando:

> "O pouco que possuímos em matéria de legislação social não é aplicado, ou só o é em parte mínima e esporádica, apesar dos compromissos que assumimos a respeito, como signatários do Tratado de Versalhes e das responsabilidades que nos advêm da nossa posição de membro do Bureau Internacional do Trabalho, cujas convenções e conclusões não observamos."[42]

Segundo Isaac Isecksohn, Vargas demonstrava, àquela época certo pendor para o socialismo.[43] Ou pelo menos, de acordo com a opinião de Nestor Peixoto de Oliveira, ele foi o único entre os políticos tradicionais a revelar alguma sensibilidade para o socialismo.[44] Quiçá, um socialismo evolucionista, vago e confuso, bastante poluído pelas concepções corporativistas de Mussolini. Mas o fato é que Vargas demandou efetivamente um entendimento mais concreto com os socialistas, comunicando-lhes, através de Agripino Nazareth, o propósito de executar seu programa mínimo.[45] E após a derrocada da República Velha não só atraiu para o Governo diversos deles, entre os quais o próprio Agripino Nazareth, Evaristo de Moraes, Francisco Alexandre e Joaquim Pimenta[46], como também estimulou a formação do Partido Socialista Brasileiro, durante a reunião do Congresso Revolucionário, em dezembro de 1932.[47]

Esse Congresso exprimiu, claramente, o ecletismo ideológico predominante no movimento revolucionário de 1930, indicativo, contudo, de seu caráter nacional e popular. Dele participara, todas as organizações que animaram e realizaram insurreição, isto é, tenentistas, socialistas, anarco-sindicalistas, comunistas, católicos, democratas e integralistas.[48] Estes últimos se retiram, escandalosamente, da assembleia, sob a alegação de que os comunistas conduziam suas deliberações.[49] E o manifesto do PSB, em cuja redação o Major Juarez Távora decisivamente influiu, apareceu com as assinaturas dos Tenentes revolucionários e, inclusive, do Coronel Góes Monteiro, defendendo uma "linha geral tendente ao socialismo", subordinada, porém, à "realidade brasileira."[50]

O documento, que reivindicava uma "orientação socialista brasileira", condenava a "iníqua e irracional distribuição das riquezas", a "exploração miserável a que meia dúzia de potentados submete uma grande maioria de deserdados da fortuna" e, afirmando a preocupação de seus autores em "não copiar figurinos estrangeiros", proclamava:

> "Não somos extremistas. Procuramos adotar do socialismo aquilo que responder às necessidades do país. Pretendemos, assim, preparar o Brasil para a transformação social que fatalmente nos atingirá, evitando que a mesma se faça aqui ex-abrupto, desorganizando a vida nacional e causando aos países prejuízos materiais e morais incalculáveis. "[51]

O PSB, que deveria constituir o instrumento da Revolução de 1930, não floresceu, todavia. Com um manifesto anódino, mesclando princípios sociais-democráticos a corporativistas, o PSB não contentou ninguém, nem a direita, nem a esquerda. Frustrou a todos. Reis Perdigão atacou duramente o "socialismo róseo do Major"[52] e, em resposta à criação desse PS "eclético" e "hilariante", como ele o definiu[53], fundou, no Maranhão, o Partido Socialista Radical.[54] Os velhos socialistas, como Isaac Isecksohn, Pedro da Cunha e Nestor Peixoto de Oliveira, retraíram-se, naturalmente, e passaram a organizar outro OS, ganhando a adesão de alguns Tenentes, entre os quais Hercolino Cascardo e João Cabanas.[55] E afinal o próprio Vargas, que incentivara Góes Monteiro a articular o PSB no Congresso Revolucionário, recuou, provavelmente advertido por elementos do clero e da burguesia quanto à sua inconveniência.[56]

O Governo Provisório, entretanto, continuou a executar a seu programa social, com Lindolfo Collor no Ministério do Trabalho, assessorado pelos socialistas Joaquim Pimenta, Evaristo de Moraes e Agripino Nazareth.[57] Vargas, nesse particular, não podia retroceder. De um lado, o *Tratado de Versalhes* impunha ao Brasil a obrigação de integrar-se no Direito Internacional do Trabalho, uma vez que nenhuma nação devia conquistar vantagem na concorrência mundial, produzindo a custos mais baixos, devido à ausência de encargos sociais. De outro lado, a pressão do proletariado brasileiro se intensificava cada vez mais e a única maneira de bloquear a expansão do comunismo e impedir a revolução que Prestes apregoava seria implementar a legislação trabalhista. Os anos de 1930 e 1931 caracterizaram-se por uma sequência de agitações e greves, que prosseguiram, embora depois se espaçassem, até o fracasso da insurreição da Aliança

Nacional Libertadora, em 1935, quando a ditadura, formalizada mais tarde com a instauração do Estado Novo, começou efetivamente para os trabalhadores.[58]

A Revolução de 1930 e a Legislação Social

Assim, se a legislação do trabalho e da previdência social nasceu antes de 1930, sob pressões internas e externas, foi antes da instalação da ditadura, isto é, entre 1931 e 1936, sobretudo nos anos de maior combatividade da classe operária, que ela se desenvolveu e se consolidou.[59] As mais relevantes medidas no interesse dos assalariados, tomadas pelo Governo de Vargas, datam daquele período. A extensão da estabilidade no emprego e das pensões e aposentadorias aos empregados em serviços públicos de luz, força, tração, telefone, água, esgoto etc., ocorreu em 1931.[60] A limitação da jornada de trabalho a 8 horas no comércio e na indústria, a regulamentação das condições de trabalho das mulheres e dos menores, a concessão de estabilidade, pensões e aposentadorias aos mineiros, a criação de juntas de conciliação e julgamento, bem como a instituição das convenções coletivas de trabalho, foram decretadas em 1932.[61] A nova lei de férias para os comerciários e a de estabilidade, pensões e aposentadorias para os marítimos, em 1933.[62] O Instituto dos Comerciários, o Instituto Comerciários, o Instituto dos Estivadores e o Instituto dos Bancários, beneficiando essas categorias com estabilidade no emprego, pensões e aposentadorias, apareceram em 1934. E a "mais característica das leis trabalhistas brasileiras"[63] – Lei n° 62, que estendeu a estabilidade aos operários e instituiu a indenização por dispensa injusta para os empregados no comércio e na indústria – foi aprovada pelo Congresso Nacional em 1935[64], seguindo-se a ela a criação do Instituto dos Industriários, em 1936.[65] Das normas gerais da legislação trabalhista brasileira, somente a do salário mínimo, conquanto formulada desde 1931 e incluída na Constituição de 1934, começou a vigorar depois do golpe de Estado de 10 de Novembro de 1937.[66] A Consolidação das Leis do Trabalho, de1943, não significou nada mais nada menos, como o próprio nome indica, a codificação de leis preexistentes.

O velho sindicalista Everardo Dias tinha razão, portanto, ao dizer que as leis do trabalho e da previdência social "o proletariado organizado conquistou com seu sacrifício e seu sangue" e "nada deve aos políticos do outubrismo".[67] Com a sua opinião também coincidia a do Prof. Alberto da Rocha Barros, quando proclamava que "essa legislação não foi dádiva de ninguém – foi dura conquista dos próprios interessados".[68] Segundo ele, "na base do surgimento de toda essa legislação, o que se encontra é, essencialmente,

a liberdade de ação dos trabalhadores" [69] e não a sua eliminação pela "estrutura autoritária do Estado instalada em 10 de novembro de 1937".[70]

Com efeito, ao contrário dos que muitos imaginam, o proletariado brasileiro se bateu por essa legislação, até consolidá-la, ao impulso da revolução de 1930, durante a vigência das liberdades democráticas. O Governo de Vargas não a outorgou por generosidade, inaugurando o que alguns sociólogos insistem em chamar de período populista, teoria esta que, tal como formulam, menospreza o papel do proletariado, com as suas reinvindicações, e obscurece o sentido da luta de classes na sociedade brasileira. Essa teoria do populismo se converte no populismo da teoria, pois falar de Estado populista ou democracia populista é mistificar o caráter de classe do Estado e da democracia burguesa como forma de Estado.

Na verdade, afora a necessidade de cumprir as resoluções do Bureau Internacional do Trabalho, Vargas atendeu às reivindicações do proletariado popular contra o regime configurado na República Velha. Se as atraiçoasse, agravaria a agitação social, radicalizaria a crise política e, perdendo o comando dos acontecimentos, abriria o caminho para que outra insurreição o derrubasse do poder e o processo revolucionário prosseguisse numa direção cada vez mais à esquerda. Vargas, assim condicionado, iniciou a realização de algumas reformas que, na Europa, couberam aos partidos sociais-democratas, filiados à Internacional Socialista, assegurar, preservando o sistema capitalista de produção. Entretanto, por outro lado, ele armou uma estrutura sindical, inspirada no modelo corporativista da *Carta del lavoro*, com o objetivo de subordinar o movimento operário à política do Estado, através da tutela do Ministério do Trabalho. Essa estrutura sindical se consolidou após o golpe de 10 de novembro de 1937, quando o Governo, com a implantação do Estado Novo, proibiu as greves, já vencida a resistência dos trabalhadores, por meio da repressão, desde o fracasso do levante da Aliança Nacional Libertadora.

A legislação do trabalho e da previdência social, durante a ditadura, estancou e sofreu até mesmo alguns recuos, como a revogação da estabilidade dos bancários, suspensão do salário em casos de doenças, diminuição da percentagem dos salários por horas extraordinárias, transformação da estabilidade em indenização prefixada etc. Contudo, apesar das restrições aos direitos operários, do controle dos sindicatos pelo Ministério do Trabalho e da feroz repressão anticomunista que se seguiu ao esmagamento do levante de 1935, não se pode qualificar propriamente como fascista a ditadura de

Vargas. Sua semelhança com os regimes de Hitler e Mussolini era mais formal do que de conteúdo. O Estado Novo não expressou social e politicamente os interesses da oligarquia financeira e do grande capital[71], que era estrangeiro, não representou uma situação de guerra civil aberta, com a mobilização de contingentes da pequena-burguesia contra o proletariado.[72] Pelo contrário. Vargas explorou a contradição entre as classes possuidoras e o proletariado emergente, dominou desse modo o antagonismo entre os setores agrários e a burguesia industrial e erigiu o aparelho militar-policial acima da nação, reprimindo a guerra civil e promovendo a intervenção do Estado na economia para romper o bloqueio imposto ao desenvolvimento do país pelos monopólios internacionais.[73] Seu nacionalismo, o nacionalismo de um país atrasado, não encapava as pretensões hegemônicas dos trustes e cartéis, mas, exatamente, espelhava uma reação a elas.[74] O Estado Novo foi a forma possível de ascensão da indústria brasileira, historicamente retardatária, numa conjuntura mundial de crise e decadência do capitalismo.[75]

O Estado Novo

Não comporta aqui uma análise mais profunda do Estado brasileiro após a revolução de 1930. Importa é ressaltar que, em consequência da elevada tensão social e do dissídio no seio das classes dominantes, as condições para o domínio da burocracia, das Forças Armadas e da Polícia amadureceram, entre 1930 e 1935, o Estado ganhando relativa autonomia em relação à sociedade civil. Esse caráter bonapartista se cristalizou quando Vargas, derrotada a esquerda em 1935, instituiu o Estado Novo, antecipando-se ao golpe do General Góes Monteiro[76], e conseguiu sufocar, seis meses depois, o *putsch* de extrema direita, que a Ação Integralista desfechara, com o apoio da Embaixada da Alemanha, a colaboração de alguns liberais, como Otávio Mangabeira, e a cumplicidade de alguns escalões das Forças Armadas.[77]

O Estado Novo não constituiu, pois, um regime fascista, mas, uma ditadura burocrática, que, sustentada pela repressão militar-policial, permitiu a execução de um projeto nacional de desenvolvimento capitalista, a despeito da oposição de vastos segmentos da própria burguesia e do conjunto do grande capital, predominantemente estrangeiro. A proibição das greves e o estabelecimento do controle sindical pelo Ministério do Trabalho, a partir de 1937, visaram a intensificar a acumulação capitalista, fundamental à emergência da indústria. Mesmo a decretação do salário mínimo, em 1940, teve como objetivo reativar o mercado interno, evitando que erosão do poder aquisitivo dos trabalhadores se agravasse ainda mais, em virtude da proibição das greves. Sua

política externa, ao explorar as contradições interimperialistas, também se orientou no sentido de propiciar ao país condições de desenvolvimento econômico. Vargas, entretanto, jogou com o proletariado para impedir que a burguesia industrial e a oligarquia financeira se assenhoreassem completamente do poder, desse modo preservando a posição dos latifundiários, com os quais pactuou não estender ao campo os direitos da legislação do trabalho e da previdência social.

O bonapartismo de Vargas apresentou, como se observa, um caráter extremamente complexo, mesclando traços social-democráticos e fascistas, ao longo de 16 anos de duração. Esse caráter combinado se expressou no fato de que dois partidos – o Partido Social Democrático e o Partido Trabalhista Brasileiro – dele se derivasse quando o Estado Novo se desintegrou, em 1945, e as Forças Armadas depuseram Vargas, não para liquidar o que havia de reacionário e sim o que havia de nacional e popular no seu regime. O PTB, ao contrário do que muitos imaginam, não surgiu de cima para baixo, por uma simples determinação de Vargas. Por volta de 1932, no Rio de Janeiro, já existia um grupo que se intitulava Partido Trabalhista do Brasil[78], e outros apareceram, antes e depois, com o mesmo nome, através de vários Estados. Àquela época, todavia, o que Vargas inspirara, realmente, fora a criação do PSB pelos Tenentes, no Congresso Revolucionário, iniciativa alimentada em São Paulo pelo seu Governo Militar, General Valdomiro Castilho de Lima.[79] Essa idéia, embora eclipsada, nunca morreu. E em 1937, durante a campanha eleitoral para a Presidência da República, Vargas mobilizou diversos dirigentes sindicais, entre eles alguns líderes da União Sindical, para organizar o Partido Nacional do Trabalho[80], "nos moldes do Partido Trabalhista Inglês".[81]

Vargas então propôs aos próceres do PCB, presos desde a sublevação de 1935, uma anistia parcial, para os que não empunharam armas contra o Governo, e outras concessões, se eles aceitassem dissolver, com a divulgação de manifesto, a ANL.[82] Entrementes, procurou atrair elementos de esquerda como Maurício Goulart e os adeptos de Miguel Costa, a fim de integrá-los no Partido Nacional do Trabalho.[83] O que ele pretendia, naturalmente, era neutralizar em possível apoio popular, sobretudo em São Paulo, a Armando Sales de Oliveira, candidato da oligarquia cafeeira à Presidência da República. Mas a inspiração de formar em 1937 um partido trabalhista, segundo o modelo inglês, evidencia que uma das vertentes do bonapartismo de Vargas o conduzia, empiricamente, a uma política reformista muito próxima de padrões social-democráticos,

adaptados, é claro, às condições e às particularidades históricas de um país atrasado, como o Brasil.

Esse partido trabalhista nada mais seria que uma reedição revista e atualizada do PSB dos Tenentes, com um rótulo mais aceitável pelo clero e pelas classes dominantes, o que indica, não obstante, a continuidade da idéia e a persistência do propósito de concretizá-la. Porém, diante da perspectiva de retomada do poder pela oligarquia cafeeira de São Paulo, através das eleições, e do agravamento da crise econômica e financeira, Vargas voltou-se para a direita, precipitando o golpe de Estado, que os chefes das Forças Armadas planejavam e dariam, inexoravelmente, sem ele ou contra ele. E a intenção de formar um partido dos trabalhadores, como alternativa ao PCB, desfaleceu e somente ressurgiu nos estertores do Estado Novo, quando o processo de redemocratização avançou, sob pressões internas, e Vargas, acossado, sentiu a necessidade de organizar o apoio de massas ao ser Governo, a começar pela campanha de sindicalização.

Criação do PTB

A primeira iniciativa de Vargas, em 1945, foi no sentido de fundar o Partido Social-Democrático (o nome já delatava a inspiração), com um Departamento Trabalhista, articulando, no mesmo bloco político, segmentos de todas as classes sociais, desde a oligarquia rural ao proletariado. Esse partido se alicerçou na estrutura de poder do Estado Novo, intimamente entrelaçada com interesses do coronelato e da burguesia industrial. Toda a organização política da ditadura, em cada Estado da Federação, a ele aderiu. Entretanto, ao longo dos 15 anos do Governo de Vargas, o Brasil experimentara profundas transformações sociais, em decorrência do surto industrial e do processo de urbanização que ele acarretara. O proletariado crescera e sua composição se modificara, condicionando-lhe novo comportamento político. O anarquismo praticamente desaparecera e, paralelamente ao fortalecimento do PCB, uma liderança sindical – integrada por alguns chamados pelegos[84] – surgira, não apenas em função da política do Estado, mas também como expressão dos interesses dos interesses de vastas camadas de assalariados, que, conquanto ainda não contestassem o politicamente o sistema capitalista, aspiravam às reformas econômicas e sociais, para a melhoria do seu padrão de vida.

Assim, sensibilizados pelos benefícios que a legislação do trabalho e da previdência social lhes trouxe ou lhes traria, os novos setores urbanos e o movimento

sindical, que poderiam fornecer a base para um partido socialista ou social-democrata, animaram o movimento queremista, ao que os comunistas deram sua adesão, em favor de que o próprio Vargas encaminhasse o retorno do país à legalidade, reunindo-se a Assembléia Constituinte sob sua égide. Não concordaram, entretanto, em aderir ao PSD, montado pela burocracia do Estado Novo, que já desejava, em íntima conexão com os interesses do latifúndio e da indústria, afastar Vargas do Governo, a fim de impedir que ele, com a ascensão das massas e o apoio dos comunistas, aprofundasse, socialmente, o processo de redemocratização. Vargas viu-se, então na contingência de autorizar a organização do Partido Trabalhista Brasileiro, a fim de evitar que ponderável setor da classe operária se voltasse para o PCB.

O PTB nasceu, assim, numa das vertentes do bonapartismo de Vargas (na outra o PSD), quando o Estado Novo agonizava e alicerçou sua organização no proletariado, apesar dos elementos pequeno-burgueses e das peculiaridades regionais que o influenciavam.[85] O aparelho sindical, montado a partir de 1930, serviu-lhe como ossatura, tornando-se o Ministério do Trabalho, na ausência de uma central operária[86], sua fonte de poder. A burocracia, que o ordenava, pautou-lhe as atividades pelo economicismo (luta salarial), restrita sua ação política à disputa nas eleições. E Alberto Pasqualini, oriundo da União Social Brasileira, tentou dar-lhe um conteúdo teórico, marcado pelas idéias do socialismo evolutivo. Nos atritos de classe, o PTB intermediava, acomodando as reivindicações dos operários aos limites tolerados pelo capitalismo, ao mesmo tempo em que sofreava a exploração excessiva de sua força de trabalho. Por isso, alguns de seus líderes sindicais se celebrizaram como pelegos – denominação dada à manta que se põe entre a sela e o dorso do cavalo para facilitar a montaria. Também nesse aspecto o PTB se aproximava da Social-Democracia, exercendo ofício semelhante ao que ela desempenhava na Europa, como fator de equilíbrio nas relações de classes.

Evidentemente, como o próprio Vargas declarou, o PTB, ao menos em seus primórdios, não era socialista, era apenas socializante.[87] e devia constituir uma opção para os trabalhadores, que não integrariam nem o PSD nem o UDN, variante da oligarquia cindida[88], segundo a expressão de Alencastro Guimarães. Funcionaria como anteparo contra o avanço do PCB,[89] organização mais avançada dos trabalhadores, até então reprimida pelo Estado Novo. Essa preocupação em neutralizar o comunismo, também por métodos que não os de força, sempre acompanhou Vargas. Em 1935, quando a Aliança Nacional Libertadora, sob a direção do PCB, mobilizava as massas contra o Governo, ele

reuniu um grupo de industriais e lhes solicitou que colaborassem com a aplicação das leis de trabalho a fim de evitar que o descontentamento no meio operário nutrisse os preparativos para a insurreição. Não encontrou nenhuma receptividade. Pelo contrário. Todos reagiram contra "os despropósitos" das leis trabalhistas, reclamaram contra os fiscais do Ministério, que invadiam as fábricas, provocaram a indisciplina dos operários e sabotavam a indisciplina dos empresários etc"[90] Vargas escutou aqueles protestos com náuseas[91] e, quando saiu do encontro, disse ao seu Ajudante-de-ordens, Capitão-Tenente da Marinha Ernani do Amaral Peixoto:

> "Estou tentando salvar esses burgueses burros e eles não entenderam".[92]

O PTB, construído com a argamassa da legislação social, sofreu a mesma incompreensão. As classes dominantes, grosso modo, nunca o admitiram, nem mesmo com a opção política dos trabalhadores, que formavam uma consciência de classe para si, ainda que não tomassem uma posição antagônica ao regime.[93] Hostilizaram-no à medida em que ele se expressava como corrente do movimento operário, participando dos choques sociais. E animosidade recrudesceu dada a ênfase com que o PTB defendeu a intervenção do Estado na economia, o que o incompatibilizava ainda mais com significativa parcela do empresariado. O problema político do desenvolvimento do País, que trustes e cartéis obstaculizavam, somou-se assim às questões de classe, no plano da produção. E o aguçamento da contradição antiimperialista, entrançando-se com as lutas sociais, contribui para afirmar o PTB na direção da esquerda, como um partido de reformas populares, não populista.

A evolução de Vargas

Sem dúvida alguma, o PTB devia constituir uma opção para os trabalhadores, que não se filiariam nem ao PSD, nem à União Democrática Nacional, onde se agrupavam, indistintamente, liberais, conservadores e elementos de esquerda, adversários do Estado Novo.

Vargas tentou, a princípio, manter o equilíbrio entre o PSD e o PTB, os dois partidos que ajudara a fundar. Era, contudo, uma tarefa difícil, principalmente depois de apeado do Poder pelo golpe de Estado, em 19 de outubro de 1945. Os choques de classe, com a redemocratização, aceleravam a diferenciação de seus objetivos políticos. O PSD, herdeiro da máquina administrativa, militar e policial do Estado Novo, continuou no

poder, com o Marechal Eurico Dutra, o condestável do golpe de 10 de novembro de 1937, eleito Presidente da República. A ele a UDN aderiu, compondo um governo de união nacional, em outras palavras, de união de classes dominantes, um governo cada vez mais reacionário, que rompeu relação com a União Soviética, proscreveu o PCB e cassou os mandatos dos seus parlamentares, sintonizado com a política de guerra fria do imperialismo norte-americano.

Vargas, no ostracismo, só contou com a simpatia e a solidariedade do PTB, também marginalizado. Seu perfil político começou então a adquirir contornos mais nítidos e ele, às vésperas das eleições estaduais de 19 de janeiro de 1947, em que apoiou a candidatura de Alberto Pasqualini ao Governo do Rio Grande do Sul, criticou "os partidos que, com nomes diferentes, significam a mesma coisa", pois "têm a mesma substância política, social e econômica", dizendo com referência à UDN e ao PSD, que

> "não é de se estranhar que venham a se reunir. São expoentes da democracia burguesa, da velha democracia liberal, que afirma a liberdade política e nega a igualdade social. Toda essa liberdade política está organizada no sentido da defesa dos seus interesses econômicos. Não tem conteúdo nacional".[94]

Por isso, segundo ainda as próprias palavras de Vargas,

> "Os trabalhadores devem escolher, de preferência, seus representantes dentro da própria classe, conhecedores de suas necessidades, com a marca de seus sofrimentos e a colaboração do seu sangue. (...) A velha democracia liberal a capitalista está em franco declínio porque tem seu fundamento na desigualdade. A ela pertencem, repito, vários partidos com rótulo diferente e a mesma substância. A outra é a democracia dos trabalhadores. A esta eu me filio. Por ela combaterei em benefício da coletividade. E já que as nossas atividades devem orientar-se na órbita dos partidos, se um conselho posso dar ao povo é que se integre na ação do Partido Trabalhista. "[95]

No mesmo discurso, após responsabilizar a "democracia capitalista" pelo "ambiente propício à criação dos trustes e monopólios, das negociatas e câmbio negro, que exploram miséria do povo", Vargas predisse que:

> "Ou a democracia capitalista, compreendendo a gravidade do momento, abre mão de suas vantagens e privilégios, facilitando a evolução para o socialismo, ou a luta se travará com os espoliados, que constituem a grande maioria, numa conturbação de resultados imprevisíveis para o futuro".[96]

Vargas continuou a repetir esses mesmos conceitos depois que voltou à Presidência da República, em 1950, através do voto popular. No dia 1° de maio de 1951, falando aos trabalhadores, disse que o povo o elegeu, esperando "uma nova era de verdadeira democracia social e econômica – e não apenas para emprestar o seu apoio e sua solidariedade a uma igualdade social".[97] Três anos após, em meio da campanha que a UDN civil e militar promovia para derrubá-lo, exortou os trabalhadores à unidade, salientando:

> "Hoje estais com o Governo. Amanhã sereis o Governo. "[98]

E, mais adiante, acrescentou:

> "Não deveis esperar que os mais afortunados se compadeçam de vós, que sois os mais necessitados. Deveis apertar a mão da solidariedade e não estender a mão à caridade. "[99]

Com o suicídio de Vargas, em 24 de agosto de 1954, essa tendência ideológica se cristalizou, pautada na sua Carta-Testamento. Nesse documento ele denunciou "a campanha subterrânea dos grupos internacionais" em aliança com os "grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho"[100], ressaltando:

> "A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a justiça da revisão do salário mínimo se desencadearam os ódios. Quis criar a liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobrás e, mal esta começa a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobrás foi obstaculada até o desespero. Não querem que o povo seja independente. " [101]

A era de Kubitschek

Após o suicídio de Vargas, sob o impacto da Carta-Testamento, o PTB envesgou mais para a esquerda e começou a ocupar, assim, o espaço social e político que o Partido Socialista Brasileiro, oriundo da *Esquerda Democrática* e reorganizado por João

Mangabeira em 1946, não conseguiu, por falta de raízes nacionais e populares. João Goulart, que desde 1952, como Presidente do Diretório Nacional, assumira o seu comando, transformou-se então no alvo das diatribes do reacionarismo civil e militar.[102]

Nomeado por Vargas Ministro do Trabalho, em 1953, ele suportou violenta campanha desde o primeiro dia de sua gestão. Durante oito meses, todos os dias, jornais burgueses, vinculados pela publicidade aos interesses das corporações internacionais, intrigaram-no e agrediram-no. A *Tribuna da Imprensa*, de Carlos Lacerda, orquestrava o coro, possivelmente financiada pela CIA[103], acusando-o de pretender, com Vargas, implantar no Brasil uma República Sindicalista, ao estilo de Perón.[104] Os ataques recrudesceram quando ele sugeriu a elevação de 100% para os salários mínimos que vigoravam na época. E a campanha, primeira etapa do golpe para a deposição de Vargas, culminou com um memorial, assinado por inúmeros Coronéis e Tenentes-Coronéis, exorcizando o "comunismo solerte"[105] e condenando a medida anunciada, sob a alegação de que subverteria os valores profissionais.[106]

Goulart caiu. Mas, segundo ele próprio salientou, não se deixaria intimidar com o descontentamento que sua conduta provocara "naqueles que vivem acumulando lucros à custa do suor alheio".[107] Ao resignar ao cargo de Ministro do Trabalho, encaminhou a Vargas os estudos para a adoção de várias medidas de maior alcance: revisão dos níveis de salário mínimo, congelamento dos preços, extensão das leis sociais aos trabalhadores do campo[108] e fiscalização pelos próprios operários.

Durante o governo desenvolvimentista de Kubitschek[109], era inevitável, porém, que as divergências aparecessem em função dos conflitos de classes, dos interesses que cada partido representava junto ao Governo e das necessidades de mudança criadas pelo intenso ritmo da industrialização, sob pena de perder sua base social. Goulart julgava que não devia solidariedade incondicional ao Governo.[110] E não hesitou, mesmo sendo Vice-Presidente da República, em apoiar uma greve dos trabalhadores em São Paulo, proclamando:

> "Defender os direitos das classes trabalhadoras e os seus anseios legítimos é norma da qual jamais nos afastaremos. O PTB não pode considerar subversivos nem ilegais movimentos pacíficos do povo contra o alto custo de vida que vem angustiando as

> classes menos favorecidas, pois estaríamos negando a própria Democracia." [111]

Essas divergências entre Goulart e o Governo se acentuaram no curso de 1959, quando o Ministro da Fazenda, Lucas Lopes, restringiu o crédito, concedeu bonificação aos exportadores, reduziu os subsídios às importações de trigo e petróleo, tentando executar um programa de estabilização monetária, segundo as diretrizes do Fundo Monetário Internacional, com a recomendação de que o aumento do salário mínimo se limitasse a recompor o poder de compra dos trabalhadores, somente e na proporção da alta do custo de vida, a partir de 1956 (cerca de 37% no Distrito Federal).[112] Goulart manifestou sua oposição. "O Governo atual, não sendo dirigido pelo PTB, mas apenas apoiado politicamente, voltou-se, de maneira quase exclusiva, para os problemas do progresso material" – diria em nota para publicação, acrescentando:

> "O povo está financiando, com o seu sacrifício, o desenvolvimento econômico. Esse povo pode e sabe suportar privações para que o País se mantenha independente e se desenvolva, mas é necessário que esse sacrifício não recaia apenas sobre os menos afortunados, mas sobre todas as classes proporcionalmente, e que no mesmo tempo se adotem medidas de reforma social tendentes a impedir que uma pequena minoria, nadando em luxo e na ostentação, continue afrontando as privações e a miséria de milhares e milhares de brasileiros. "[113]

Àquela época, quando a política econômica corroía a popularidade de Kubitschek, Goulart observou, numa carta ao Senador Benedito Valadares, Presidente em exercício do PSD, que a economia brasileira estava caindo progressivamente na dependência de interesses internacionais, sob a pressão direta de companhias estrangeiras ou de instituições por elas controladas, como o Fundo Monetário Internacional e as Agências Oficiais de Crédito.[114] Alertou-o ainda para a necessidade de impedir que o processo de desenvolvimento conduzisse a "formas não sociais de utilização do poder econômico, pois é sabido que os grandes interesses não só se colocam muitas vezes em antagonismo os interesses superiores do povo, como também procuram conquistar a própria máquina administrativa do Estado para assumir as rédeas de sua direção econômica."[115] Por isso, no seu entender, era indispensável o fortalecimento dos meios de intervenção do Estado "que deve ser o árbitro entre as classes"[116], no domínio econômico.[117]

Goulart pediu então ao Senador Benedito Valadares, em continuidade aos entendimentos que tivera com o Senador Amaral Peixoto, o apoio do PSD para a aprovação de várias emendas constitucionais e das seguintes medidas legislativas de base, cujos projetos já se encontravam em tramitação no Congresso.

As outras reformas, que dependiam de emendas constitucionais, eram fundamentalmente estas:

1. Reforma Agrária, para permitir o acesso do trabalhador rural à terra e instituir, em algumas regiões, formas de exploração cooperativa ou coletiva, com a assistência financeira e técnica da União ou dos Estados.
2. Redistribuição das rendas públicas para que os Estados mais pobres e subdesenvolvidos pudessem atender às necessidades de suas populações, deixando de viver "como esmoleiros, chapéu na mão implorando o auxílio do Governo Federal"[118].

Em junho de 1959, Kubitscheck reagiu às pressões do Fundo Monetário Internacional, com o qual suspendeu os entendimentos. Lucas Lopes, acometido de enfarte, afastou-se do Ministério da Fazenda, o Governo recuou na política econômica, mas o impasse em torno das reformas de base prosseguiu, dependessem elas de simples medidas legislativas ou de emendas constitucionais. E Goulart, em meio à crise social que se configurava com greves e ocupações de terras, voltou a exigi-las, tornando-as tema de suas preocupações. O problema político-institucional já era então muito grave e ele o percebeu. Considerava que a Constituição, "inspirada pela reação e pelo ódio, reação dos grupos econômicos que constituíram a maioria de 1946 e do ódio voltado ao Presidente Vargas deposto em 1945", não mais atendia à realidade social, que demandava "uma reforma de base total da propriedade", abrindo "oportunidade (...) para uma distribuição de riqueza, para que os ricos sejam menos ricos e os pobres menos miseráveis".[119]

Estas reflexões – apontamentos do próprio punho de João Goulart – mostram que sua consciência evoluiu no sentido de uma concepção social-democrática, ou seja, socialista das chamadas reformas de base, à proporção que o desenvolvimento econômico brasileiro, entalhado por monopólios e oligopólios, ressaltava as desigualdades sociais e regionais. O mesmo aconteceu com o PTB, cuja extensão territorial não se realizou, como Gláucio Soares assevera, "à custa de certa consciência ideológica"[120] ou "perdendo de vista o objetivo da transformação das estruturas"[121] Pelo contrário, seu corte ideológico

se pronunciou exatamente no período em que ele mais cresceu, entre 1958 e 1962, quando a bancada trabalhista na Câmara Federal saltou de 66 Deputados para 116, exprimindo o ascenso e a radicalização do proletariado urbano. Em 1958, o Deputado Sérgio Magalhães apontou como tarefa do PTB a constituição do poder operário no Brasil e lançou a candidatura de João Goulart à Presidência da República, com o propósito de marcar posição. Por sua vez, o Deputado Rômulo Almeida, candidato ao Governo da Bahia, assinalou que a missão do PTB, tanto no poder como antes dele, era "preparar os trabalhadores brasileiros para assumirem crescentes responsabilidades em todos os níveis do Governo". [122] E pouco tempo depois se desenhou na bancada trabalhista uma tendência com pautas ideológicas bem definidas, o Grupo Compacto, que influiu decisivamente para dar o tom de esquerda ao Partido, muitas vezes se distanciando ou dissentindo de Goulart.[123]

O Governo de João Goulart

Por volta de 1961, excitado pela emergência das massas e pelas impetuosas necessidades de mudança social, todo o PTB já procurava estabelecer uma identidade ideológica, adquirir contornos doutrinários e programáticos. A bancada na Câmara Federal escolheu para sua liderança um dos mais ativos integrantes do Grupo Compacto, o Deputado Almino Afonso[124], enquanto Goulart e outros dirigentes do Partido, projetavam a realização de um Congresso Trabalhista, tendo "como objetivo primacial a tomada de consciência da opinião pública quanto à existência de uma doutrina político-trabalhista"[125] O Deputado Francisco de Santiago Dantas e o Professor Hermes Lima encarregaram-se de elaborar a linha de ação política e doutrinária, as diretrizes ideológicas que o Congresso Trabalhista deveria discutir e homologar, tomando como princípio que:

> "A posição fundamental do Partido é a de um instrumento de reforma, de mudança, de superação da estrutura social brasileira. Não quer o PTB corrigir apenas a estrutura social existente. Quer muda-la para coisa melhor, favorável à incorporação do povo brasileiro a níveis de educação, produtividade e consumo tão superiores que são, por isso mesmo, diferentes em qualidade e finalidade dos atuais. Por isso, o PTB deve afirmar-se como um partido de esquerda, um partido de massa, como um partido que se dispõe a liderar a transformação da estrutura social brasileira

> por métodos democráticos, até onde for indispensável ao bem-estar do povo."[126]

O Congresso Trabalhista, em que o PTB defenderia a necessidade do planejamento econômico pelo Estado brasileiro[127], não se concretizou, em virtude de vários fatores, alguns de ordem interna da agremiação. Sua simples articulação, contudo, já evidenciava que o PTB atingiria determinado grau de amadurecimento ideológico, do qual o programa de reformas de base, propugnado por Goulart, constituía o primeiro reflexo. Esse programa, que tinha como cerne o problema agrário, não representava mero recurso demagógico, populista, eleitoral. Correspondia a um nível de consciência da problemática brasileira. E Goulart anunciou-o, pela primeira vez, em março de 1958, indicando a inevitabilidade de mudanças constitucionais, para possibilitar a sua execução. Tomou-o como centro de toda sua pregação e, batendo-se por ele, reelegeu-se Vice-Presidente da República, em 1960, enquanto seu companheiro de Chapa, Marechal Lott, candidato do PSD à Presidência, perdia para Jânio Quadros, cuja popularidade a UDN cavalgava. Era natural, portanto que ela tratasse de promover as reformas, uma vez no Governo. E foi o que tentou fazer quando ascendeu à Presidência da República, após a renúncia de Quadros.

Ele não atuava como um demagogo, que entorpecia as massas e as desorganizava, para resguardar o domínio do grande capital, a exemplo do que Jânio Quadros e Ademar de Barros faziam. De acordo com a tipologia de Darcy Ribeiro[128], era um reformista. E sua política se assentou fundamentalmente na massa organizada, nos sindicatos e num partido político, o PTB, bem ou mal um partido de composição operária[129], cuja práxis se assemelhava à da Social-Democracia européia depois da guerra de 1914-1918, nas condições históricas do Brasil, do que à praxis do populismo. Não se pode obscurecer essa diferença, fundamental para a compreensão do processo político nacional até 1924.

Embora em algumas regiões as oligarquias se assenhorassem da legenda, esvaziando-a ou distorcendo-lhe os objetos políticos, o PTB, cuja ideologia a *Carta-Testamento* consubstanciava, aprofundou empiricamente, sua orientação social e antiimperialista, até transformar-se, sob o impacto do crescimento industrial da década de 1950, no maior partido brasileiro, às vésperas do golpe de Estado, que derrubou o governo do Presidente João Goulart, em 1964. Sua bancada na Câmara Federal saltou de 22 deputados, em 1946; para 66 em 1958; e 116 em 1962, o que traduziu uma expansão em termos relativos, de 7,7% em 1945; de 20,2%, em 1958; e de 28,4%, em 1962.[130]

Todavia, as classes dominantes nunca o aceitaram, grosso modo, como expressão política dos trabalhadores, apesar de sua conotação acentuadamente economicista e eleitoral. Como o próprio Vargas indicou, na *Carta-Testamento*, os capitalistas nacionais e estrangeiros nunca se conformaram com um regime de garantia do trabalho e por isso se opunham à atuação do PTB. Essa oposição, que significativos setores da burguesia nacional também alimentaram, tinha raízes, sobretudo, nos interesses da oligarquia financeiras e do grande capital, preponderantemente estrangeiro. Se antes as grandes potências industriais se empenharam para que todos os países nivelassem seus custos de produção, reconhecendo os direitos sociais dos trabalhadores, tal como elas o fizeram, a fim de evitar a revolução socialista, esta posição se modificou, após a Segunda Guerra Mundial, com a exacerbada internacionalização das economias e o estabelecimento de novos padrões de acumulação. As chamadas corporações multinacionais, não podendo deixar de atender às reivindicações do poderoso proletariado europeu e norte-americano, expandiram seus investimentos através do Terceiro Mundo, com o propósito de explorar a força de trabalho abundante e barata e assim compensar a queda da taxa de mais-valia em seus países de origem.

Dessa forma, num país como o Brasil, onde o capital era predominantemente estrangeiro e o trabalho nacional, as reivindicações econômicas do proletariado afetavam, diretamente, os interesses do imperialismo. Era natural, portanto, que as corporações internacionais, embora pactuassem, na Europa, com os partidos socialistas ou social-democratas, não tolerassem no Brasil nem mesmo a existência de um partido cuja práxis à deles se assemelhava. Esse antagonismo cresceu devido à ênfase dada pelo PTB à intervenção do Estado na economia, incompatibilizando-se mais ainda com forte parcela do empresariado, que se internacionalizava, associando-se aos interesses estrangeiros ou substituídos pelo corpo de executivos norte-americanos e de outras origens. O problema político do desenvolvimento econômico do país, que trustes e cartéis obstaculizavam, somou-se às reivindicações de classe, no plano da produção. E o aguçamento das contradições antiimperialistas, entrelaçando-se com a luta de classes, influiu para que o PTB trilhasse na direção da esquerda, talando o campo das mudanças, que os assalariados, a pequena burguesia e outros segmentos nacionais da sociedade brasileira reclamavam, no início da década de 60.

O papel de Brizola

O intérprete mais autêntico dessa tendência do trabalhismo foi, sem dúvida alguma, Leonel Brizola. Como Governador do Rio Grande do Sul, devido às ações concretas que praticara, nacionalizando dois poderosos monopólios norte-americanos – a Bond & Share e a ITT – e frustrando o golpe de Estado dos Ministros militares de Jânio Quadros, Brizola se projetou nacionalmente, como o líder mais combativo da luta antiimperialista do Brasil, apregoando, incessantemente, a importância e a necessidade das reformas de base. Utilizava uma linguagem dura, frequentemente agressiva e bastante apaixonada, sem eufemismos ou requintes de retórica, mas com muita eficiência pedagógica, repetindo, sistematicamente as mesmas idéias e as ilustrando com parábolas e imagens de fácil percepção popular. Não foi à toa que Brizola encontrou enorme e crescente audiência em toda parte do Brasil, particularmente entre os jovens e estudantes. Naquela conjuntura, ele exprimia o inconformismo das massas.

Como Brizola, aliás, salientou, "de modo geral, os governantes cedo se acomodam, cedo perdem a virtude do inconformismo".[131] Não era este seu caso. Ele se sentia "cada vez mais inconformado".[132] Revelava-se diante de tabus e de preconceitos, como um homem "aberto a todas as correntes de pensamento"[133] e refratário à intolerância e ao obscurantismo. Buscava pensar com independência, reagindo às tentativas de domesticação das mentes, "sem medo das palavras e, sobretudo, sem apego a soluções e fórmulas que devem ser mantidas unicamente porque nos foram legadas ou pela simples razão de constituírem um hábito ou uma rotina mais ou menos consagrada. "[134] Por isso, não aceitava as "pontas do dilema ideológico"[135], representados pela União Soviética e pelos Estados Unidos, em que se procurava enquadrar o mundo. E proclamava que:

> "Se nada temos com a União Soviética, devemos ter a coragem de dizer que não temos nada com os Estados Unidos". [136]

Filho de camponeses pobres, Brizola não fora cooptado nem econômica nem ideologicamente pelo sistema capitalista, apesar de seu extraordinário êxito na política tradicional. Não se ligara a grupos, nem se envolvera em negócios. Era um homem honesto em seus propósitos, sincero e, por vezes, até mesmo ingênuo, convencido de que sua missão, como político, era defender a coletividade. Por isso, não se acomodava nem retroagia diante dos obstáculos com que se deparava. Tratava de ir à raiz dos problemas, enfrentando-os com o peito aberto. Assim, condicionado pela sua origem social, Brizola insurgia-se contra as convenções de classe e se chocava com as normas econômicas, sociais e políticas de dominação, sedimentadas, tradicionalmente, no Poder Público, que

no Rio Grande do Sul, ele fora levado a manejar. A contradição entre o interesse popular e o arcabouço jurídico-político, apontou-lhe, empiricamente, a urgência das reformas. As lutas que travou conscientizaram-no.

As convicções de Brizola, desse modo, formaram-se e consolidaram-se com a argamassa de sua vivência política e administrativa. Ao estudar a realidade econômica do seu Estado, como Governador, Brizola surpreendeu-se com o fato de que, embora ingente, como nunca, o esforço dos gaúchos, nas fábricas e nos campos, o Rio Grande do Sul empobrecia[137], vítima de um crescente processo de descapitalização. Como Brizola percebeu, "ainda que trabalhando e produzindo mais, o Estado ganhava menos e o gaúcho apertava a cinta a cada dia" [138]. Foi-lhe possível então verificar que esse processo de empobrecimento derivava da estrutura econômica interna, modelada de forma a permitir a erosão dos recursos do Rio Grande do Sul. Compreendeu aí que o fenômeno não só ocorria com o seu Estado, mas com o Brasil e com toda a América Latina, em consequência dos padrões de relacionamento internacional estabelecidos pelo sistema capitalista. Era o que Brizola denominou de processo espoliativo e passou a combater, inspirado na *Carta-Testamento* de Getúlio Vargas, através de atitudes e de palavras, com que procurava desvendar para a opinião pública a raiz dos problemas.

As conferências e palestras, que então realizava, refletiam, todas, o contexto internacional e nacional da década de 60. Era uma época de mudanças. O Papa João XIII reorientava a Igreja, Kruchov reformulava a política interna e externa da União Soviética e Jonh Kennedy ainda inspirava, em alguns setores, esperanças de renovação nos Estados Unidos. A Revolução Cubana, implantando uma República Socialista a 90 milhas dos Estados Unidos, revigorou o sentimento antiimperialista e o espírito de luta de todos os povos da América Latina. O Brasil também sofreu o impacto, exacerbando-se o conflito de classes e a crise nacional que gestava em função do surto industrial da década de 50. A renúncia de Jânio Quadros, numa singular manobra para conquistar poderes ditatoriais, evidenciara a necessidade de profundas transformações nas estruturas do País. E o Governo de João Goulart, debilitado desde o início pelo compromisso parlamentarista, não tinha condições políticas para executá-las no âmbito formal da legalidade e sem modificar os padrões de relacionamento com os Estados Unidos.

Brizola impacientava-se. Enxergava a questão com lucidez. E, rejeitando a tese, impregnada de maniqueísmo, sobre a bipolaridade do mundo, ousava dizer que "as reformas de estrutura de que nosso país necessita para romper corajosamente com o

subdesenvolvimento dependem de uma questão essencial, questão preliminar que consiste na revisão profunda dos termos de nossas relações com os Estados Unidos".[139] Não estava a preconizar o rompimento de relações entre os dois países. Não se tratava de "dar evasão a um sentimento de hostilidade contra o povo americano, mesmo porque quem manipula o processo de espoliação são os grupos econômicos, as corporações, e estes não são o povo dos Estados Unidos". [140] Brizola, como ele próprio acentuava, não era "inimigo dos Estados Unidos". Era, sim, "contra um sistema econômico internacional, que tem sua sede nos Estados Unidos e que é a fonte, a causa dos sofrimentos, das frustrações e de toda sorte de deformações na vida dos povos cuja economia dominam, como é o nosso e o de toda a América Latina. "[141]

O caso cubano parecia-lhe bastante ilustrativo, não pelas suas consequências, mas sim pelas suas causas. Ele sabia que os dirigentes revolucionários cubanos, logo que vitoriosa a Revolução, quiseram encontrar "um termo de vida correto", com os Estados Unidos. Mas, os Estados Unidos, devido à intransigência e à intolerância dos seus governantes e dos chamados homens de negócios, recusaram-se a admitir "qualquer forma de convívio que importassem em abolir os inaceitáveis privilégios de grupos espoliadores".[142] O mesmo problema, Brizola acreditava, ocorreria com o Brasil e os demais países da América Latina que "financiavam com o trabalho aviltado dos seus filhos e a dilapidação do seu patrimônio, o bem-estar das áreas já altamente industrializadas".[143]

A execução das reformas, reclamadas pelo desenvolvimento do Brasil, só seria possível com o estancamento do processo espoliativo, à base de profunda revisão nos termos de intercâmbio com os Estados Unidos. E isso acarretaria a sua reação. Brizola não se iludia.[144] Estava já consciente de que a estrutura interna da sociedade brasileira e o processo espoliativo, dirigido pelos Estados Unidos, eram "partes inseparáveis do mesmo sistema".[145] E dizia:

> "Reconheço e proclamo que nos encontramos numa ordem capitalista, recolhendo desse sistema, é verdade, algumas migalhas. Mas situo-me entre aqueles que desejam abominar corajosamente, decididamente, os males do capitalismo. E, ainda mais, situo-me entre os que julgam que, para enfrentarmos os problemas que nos afligem que infelicitam nossas grandes massas

> populacionais, não poderemos fugir a muitas soluções de cunho nitidamente socialista.[146]

Brizola advertia que ou as reformas se realizavam democraticamente, ou o povo brasileiro irromperia pelo caminho da insurreição, o que ele considerava como um direito[147], não somente contra a tirania, mas também para libertar-se da fome, da miséria e do atraso. Apoiava-se nos preceitos da própria Declaração de Independência dos Estados Unidos. Embora afirmasse que o "nosso regime não nos satisfaz tal como o temos", acreditava, entretanto, que "se conseguirmos aperfeiçoá-lo muito ainda poderemos esperar de sua capacidade de servir como instrumento de benemerência humana e de justiça social" [148]. Julgava que se devia modifica-lo, "empregando os meios com os quais ele próprio está equipado para as reformas que no texto da própria Carta Magna estão previstas" [149]. E por isso Brizola defendeu o ponto de vista de que, se o Congresso, dominado por maioria conservadora, não votasse algumas reformas, o Governo de Goulart deveria promove-las, interpretando dispositivos da Constituição, não conforme o critério das elites, mas de acordo com o interesse popular, e aplicando aqueles que permaneciam como letra morta, vivos somente nos lances de retórica, sem qualquer influência sobre a realidade econômica e social do País.

ALIANÇA TRABALHISTA SOCIALISTA

Até aquela época, desde sua reorganização em 1945-46, o PSB, que nunca se filiara à Internacional Socialista, mantivera uma linha de desconfiança em relação ao PTB e, no mais das vezes, em oposição a Vargas. Esta foi uma das principais razões que o isolaram do movimento sindical e popular.

Em 1960, porém, o PSB sob o impacto da crescente luta antiimperialista e pressionado pelas correntes ideológicas que formavam a juventude socialista, tomou a iniciativa de lançar a candidatura do Deputado trabalhista Sérgio Magalhães, Presidente da Frente Parlamentar Nacionalista, ao Governo do Estado da Guanabara[150], ao mesmo tempo em que se alinhava à coligação PTB-PSD, apoiando os nomes do Mal. Henrique Lott e João Goulart, para Presidente e Vice-Presidente da República. Quando da campanha eleitoral para a renovação do Congresso e de vários Governos Estaduais, em 1962, o PSB e o PTB uniram-se no Rio de Janeiro, formando a Aliança Socialista-Trabalhista, que elegeria Leonel Brizola, então Governador do Rio Grande do Sul, Deputado Federal com a maior votação de toda a história política do Brasil. O PSB

participou então do Governo de Goulart, tendo o Presidente, João Mangabeira, ocupado a pasta de Ministro da Justiça, ao lado de outro socialista, como Hermes Lima, que já integrava os quadros do PTB e desempenhava as funções de Primeiro Ministro e de Ministro das Relações Exteriores.

Assim, à medida que o PSB participava do Governo e o PTB se afirmava como um partido de esquerda, que se dispunha a liderar as transformações sociais por métodos democráticos, as suas diferenças e desconfianças começaram a desaparecer. A idéia da integração do PSB no PTB então se desenvolveu e Brizola, que compreendeu a sua importância, entrou em conversações com João Mangabeira.

O golpe de Estado de 1964, porém interrompeu o curso dessa evolução e, em 1966, o regime militar extinguiu todos os partidos políticos permitindo a organização de apenas dois, Aliança Renovadora Nacional e o Movimento Democrático Brasileiro (ARENA e MDB), constituído em sua maior parte por militantes trabalhistas que não foram cassados.

Àquele tempo, muitos socialistas, tais como Max da Costa Santos, Bayard Demaria Boiteaux, Amadeu Rocha e o Autor desse volume, no exílio, e/ou na clandestinidade, já se haviam colocado sob a liderança de Brizola no esforço da resistência do regime militar. A repressão policial e o surto de guerrilha urbana impediram, entretanto, que qualquer outra tentativa de organização, ao nível meramente político, frutificasse.

DO PTB AO PDT

Assim, só em 1974, a idéia de rearticular o PTB ressurgiu em círculos ligados a Goulart, com o qual, por outro lado, o IS, que já se voltava para o Terceiro Mundo, tratou de estabelecer algum contato. Nenhuma dessas iniciativas prosperou e, com a morte de Goulart em 1976, Brizola, alguns meses depois expulso do Uruguai, onde se encontrava exilado viajou para os Estados Unidos e logo buscou um relacionamento com a social-democracia européia.

Desde então, em permanente contato com seus companheiros no exílio e no interior do Brasil, dedicou-se inteiramente a reestruturar o PTB percebendo que o debilitamento do regime militar, devido às suas contradições internas e à pressão popular, permitia uma abertura política, o espaço necessário ao surgimento de um partido de povo trabalhador, comprometido com o projeto do socialismo democrático.

Em fevereiro de 1978, comparecendo, a convite, a uma reunião do Bureau da IS, em Hamburgo, começou a estreitar as ligações com Willy Brandt e outros líderes socialistas e social-democratas. E, paralelamente, empenhou seus esforços para unificar todos os socialistas e trabalhistas, visando à reorganização legal do PTB, como um partido socialista, diferenciado do MDB, que então constituía uma frente dominada pelos liberais. Com esse objetivo convocou o Encontro de Lisboa, realizado nos dias 15, 16 e 17 de junho de 1978 e cujo comunicado final reafirma o propósito de todos os seus participantes de encontrar "o caminho para a construção, no Brasil, de uma sociedade socialista, fraterna e solidária, em democracia e em liberdade".[151]

O Programa do PTB, elaborado posteriormente ao Encontro de Lisboa, reafirmou que "o trabalhismo é o caminho brasileiro para a construção de uma sociedade democrática e socialista.". [152]

No entanto, Brizola e seus companheiros perderam a sigla do PTB, em 1980, devido a uma manobra do Governo Federal, o que os levou a adotar o nome de Partido Democrático Trabalhista, PDT, com o mesmo programa continuando a mesma política de entrosamento com a Internacional Socialista.

NOTAS

1 Entrevista de Isaac Isecksonh, um dos fundadores de vários partidos socialistas no Brasil ao autor. Rio de Janeiro, 31.3.1974.

2 Id.

3 Id. Entrevista de Nestor Peixoto de Oliveira, também fundador do PSB, ao autor. Rio de Janeiro, 1974.

4 *Folha Socialista*, n° 5, 1ª quinzena, março de 1919.

5 Entrevista de Isaac Isecksohn ao autor; cit. Entrevista de Nestor Peixoto de Oliveira, cit.

6 Sobre o assunto consultar BANDEIRA, Moniz, MELO, Clóvis e ANDRADE A. T. "O ano vermelho" in *A revolução russa e seus reflexos no Brasil* (Rio de Janeiro: Edit. Civilização Brasileira, 1967), pp.149-59.

7 RODRIGUES, Edgar. *Nacionalismo e cultura social* (Rio de Janeiro: Editora Laemmert, 1972), pp. 199, 203 e 207.

8 Id., ib., p. 359.

9 BARROS, João Alberto Lins de. *Memórias de um revolucionário* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1953), p. 21.

10 Id., ib., p.21.

11 Entrevista do Jornalista José Maria Reis Perdigão, que participou da Coluna do General Isidoro Dias Lopes, ao autor. Rio de Janeiro, 1974.

12 DIAS, Everardo. *História das lutas sociais no Brasil* (São Paulo: Alfa-Ômega, 1977), p.140.

13 Carta do General Isidoro Dias Lopes a Reis Perdigão. Libres, 2-6-1927, ARP.

14 Id.

15 Id.

16 Id.

17 Id.

18 Id.

19 Id.

20 Id.

21 Carta de Reis Perdigão, assinada com o pseudônimo João de Talma, a Pedro Mota Lima. Porto São José, 8-9-1924; TALMA, João in *Da Fornalha de Nabucodonosor*, (Buenos Aires, 1926), p.70.

22 ID., ib., p.71.

23 Id., ib., p.71.

24 SODRÉ, Nélson Werneck. *História militar do Brasil.* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2ª ed., 1968), pp.214-6.

25 DIAS, E. op. cit., p.147.

26 Id., ib., p.148. "O Governo Federal (...) em 1923 criou o Conselho Nacional do Trabalho, reorganizado em 1928, conferindo-lhe entre outras a competência de julgar processos relativos a questões de trabalho. Naquela primeira data, determinou fossem instituídas caixas de pensões e aposentadorias, com contribuição dos empregados, em cada uma das ferrovias existentes no País, estendendo a medida, em 1926, a outras espécies de empresas. No ano anterior, foi promulgada a lei de férias remuneradas a todos os assalariados urbanos e, em 1927, as leis de assistência e proteção dos menores". SIMÃO, Aziz. *Sindicato e estado* (São Paulo: Dominus Editora, 1966), p.79.

27 "Desde o começo do século, os socialistas propugnaram por uma legislação do trabalho, nos moldes das existentes na Europa, que ia desde a instituição do salário mínimo e a jornada de 8 horas à constituição de juntas de arbitramento para os conflitos de trabalho, com representantes de empregados e empregadores". Id., ib., p.84.

28 O *Tratado de Versalhes*, estabelecendo a paz na Europa, incluía entre seus dispositivos a criação, junto à Sociedade das Nações, de uma organização internacional do trabalho. As decisões adotadas por essa organização tomavam a forma de projetos de convenções, ou de recomendações.

29 "O Governo Bernardes queria ir ganhando tempo e amortecendo o ardor subversivo das massas, principalmente do proletariado, cuja agitação subterrânea era temida. " DIAS, E. op. cit., p.149.

30 Id., ib., p.149.

31 DULLES, Jonh W. Foster. *Anarquistas e comunistas no Brasil* (Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1977), pp.357-8.

32 Entrevista do jornalista José Maria Reis Perdigão ao autor, cit.

33 BASTOS, Abguar. *Prestes e a revolução social* (Editora Cavino, 1946), p.242.

34 DULLES, J. W. F. op. cit., p.406.

35 PRESTES, Luiz Carlos. *Manifesto* (maio de 1930), in Bastos, A. op. cit., pp. 225 a 229.

36 "Cristiano Cordeiro, cujo trabalho em prol do Partido lhe dera grande prestígio no Nordeste, transformando-o em lenda, favorecia os "melhoramentos" prometidos pela revolução da Aliança Liberal e, juntamente com o PCB de Pernambuco, apoiou a Aliança. Também a apoiaram Danton Jobim, Pedro Mota Lima, Josias Carneiro e Plínio Melo". DULLES, J. W. F. op. cit., p.353.

37 SILVA, Hélio. 1926 – *A grande marcha* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2ª ed., 1971), p.29.

38 Id., id., p.122.

39 FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930* (São Paulo: Brasiliense, 1970), pp.110. Lamentavelmente, Fausto não indica a fonte da citação de Vargas que faz.

40 "Antes de redigir o programa de governo da Aliança Liberal, Getúlio Vargas consultou, entre outros, o Professor Joaquim Pimenta. O socialista do Nordeste sugeriu a reforma das "poucas leis" trabalhistas que já havia (...)". Mas "a plataforma – admitiu Pimenta – ia além das sugestões que apresentara". DULLES, J. W. F. op. cit., p.336.

41 Id., ib., p.337.

42 Trechos da plataforma de Vargas de 2 de janeiro de 1930, in SILVA, H., op, cit., pp. 449-63.

43 Entrevista de Isaac Isecksohn ao autor, cit.

44 Entrevista de Nestor Peixoto de Oliveira ao autor, cit.

45 Entrevista de Isaac Isecksohn e Nestor Peixoto de Oliveira ao autor, cit.

46 Id. ver também DULLES, J. W. F., op. cit. P. 373.

47 Entrevista de Isaac Isecksohn e Nestor Peixoto de Oliveira ao autor, cit. Id. ver também DULLES, J. W. F., op. cit. P. 406.

48 PERDIGÃO, José Maria Reis. *O Socialismo róseo do major...* (São Luís do Maranhão, 1933) p.17.

49 Id., p.17. CARONE, Edgard. *O tenentismo* (São Paulo: Difel, 1975), p.408.

50 CARONE, E. *Manifesto do partido socialista brasileiro*, op. cit., pp 408-13.

51 Id., in ib., p.411.

52 PERDIGÃO, J. M. R. op. cit., pp.15-9.

53 Manifesto e programa do partido socialista radical (São Luís 23-12-1932), p.4.

54 Entrevista de Reis Perdigão ao autor, cit.

55 Entrevista de Nestor Peixoto de Oliveira ao autor, cit.

56 Entrevista de Isaac Isecksohn e Nestor Peixoto de Oliveira ao autor, cit.

57 Id.

58 VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª ed., 1978), p.199.

59 ROCHA BARROS, Alberto da. *Origens e evolução da legislação trabalhista.* (Rio de Janeiro: Laemmert, 1969), p. 73.

60 Id., ib., p.74, VIANNA, L. W. op. cit., p.148.

61 Id, ib., p.148.

62 ROCHA Barros, A. op. cit., p.74.

63 Id, ib., p.74.

64 Id, ib., p.75.

65 Id, ib., p.75.

66 Id, ib., p.75. ver também VIANNA, L. W. op. cit, p. 148.

67 DIAS E., op. cit, p. 242.

68 ROCHA Barros, A. op. cit., p. 75.

69 Id., ib., p.75.

70 Id., ib., p.55.

71 "O fascismo corresponde a uma efetiva reorganização e redistribuição das relações de força entre as classes e frações dominantes. Aprofunda e estabiliza, de maneira acelerada, o domínio do grande capital financeiro sobre as outras classes e frações dominantes (...). Ou melhor, o fascismo atua, do ponto de vista econômico, como um fator de neutralização das contradições entre essas classes e frações, prosseguindo, por um processo de regulamentação, o domínio decisivo do grande capital" POULANTZAS, Nicos. *Fascismo y Dictadura* (México: Siglo Veintiuno), pp.105-6.

72 O fascismo "põe de pé as classes que se levantam imediatamente acima do proletariado e temem ser precipitadas nas suas fileiras, organizando-as, militarizando-as com os meios do capital financeiro, sob a capa do Estado oficial, e as orienta para a destruição das organizações proletárias, desde as mais revolucionárias até as mais moderadas. O fascismo não é simplesmente um sistema de repressão, de atos de força e terror policial. O fascismo é um sistema de Estado particular, baseado na exterminação de todos os elementos da democracia proletária na sociedade burguesa". TROTSKY, Leon. *Revolução e contra-revolução* (Lisboa: Centro do Livro Brasileiro, s/d), p.139. "A hora do regime fascista chega no momento em que os meios militares-policiais "normais"

da ditadura burguesa, com a sua capa parlamentar, se tornam insuficientes para manter a sociedade em equilíbrio". Id, ib., p.152.

73 BANDEIRA, Moniz. O Governo de João Goulart – *As lutas sociais no Brasil*: 1961-1964 (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977), pp.15-24.

74 "Os traços característicos dessa ideologia (fascista) correspondem perfeitamente aos interesses do grande capital (...) "Não existe aspecto essencial da ideologia fascista que não se ache em relação com a ideologia imperialista". POULANTZAS, N. op. cit., p.295.

75 "Um processo de ascensão burguesa em país de economia colonial da época do imperialismo pode revestir-se, naturalmente, por vezes inevitavelmente, de invólucro bonapartista de tipo também colonial e imperialista (...) Concentrando poderes, o Estado teria condições para operar em seu aparelho aquelas alterações prenunciadas desde a Revolução de 1930 e entravadas depois (...).". SODRÉ, N. W. op. cit., p.270.

76 "O Golpe do Estado Novo viria com Vargas ou contra Vargas. Não restou a este, portanto, outra saída senão (...) antecipá-lo, inclusive com a mudança da data, inicialmente programada, de 15 para 10 de novembro de 1937. (...) Vargas retomou, pela direita, o processo de 1930, mediando entre a burguesia e o proletariado, entre a Reação e a Revolução, como árbitro na tragédia dos equívocos". MONIZ Bandeira. *Presença dos Estados Unidos no Brasil – Dois séculos de história* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2ª ed., 1978), pp.256 e 257.

77 AMARAL PEIXOTO, Alzira Vargas do. *Getúlio Vargas, meu pai* (Porto Alegre: Editora Globo, 1960), pp.185-99.

78 DULLES, J. W. F. op. cit., p. 401.

79 DIAS, E. op. cit., p.195

80 Carta de Alberto da Rocha Barros, então um dos dirigentes do PCB em São Paulo, a Paulo Duarte. São Paulo, 25-12-1937. DUARTE, Paulo. *Memórias – Apagada e vil mediocridade*, vol. 5 (São Paulo: Hucitec, 1977), pp. 110-112.

81 Id.

82 Id.

83 Id.

84 Denomina-se pelego a manta que se põe sobre o arreio do cavalo para facilitar a montaria.

85 "O PTB, que se desenvolvera a partir de uma base exclusivamente urbana (...), ampliava sua penetração nos Estados menos desenvolvidos e também no interior (...). Essa ampliação não chegava a descaracterizá-lo como partido trabalhista urbano. " SOUZA, Maria do Carmo Campelo de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964)* (São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1976), p.145.

86 O PCB tentou organizar em 1946 a Confederação dos Trabalhadores do Brasil, dissolvida pelo Governo do Marechal Dutra.

87 Entrevista de Alzira Vargas do Amaral Peixoto in *Ensaios de opinião – Getúlio Vargas* (Rio de Janeiro, 1975), p.17.

88 Carta de Alencastro Guimarães a Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 19-11-1945, doc. 57. vol. 47, Arquivo de Getúlio Vargas.

89 Entrevista de Alzira Vargas do Amaral Peixoto, cit.

90 Depoimento de Alzira Vargas do Amaral Peixoto a Hélio Silva. In SILVA, Hélio. 1935 – *A revolta vermelha (O ciclo de Vargas)* (Editora Civilização Brasileira, 1969), vol VIII, p.398.

91 Id. in ib., p.398.

92 Id. in ib., p.398.

93 SOARES, G. A. D. op. cit., p.230.

94 Discurso pronunciado no comício do PTB, Porto Alegre, em 29-11-46. CPDOC-GV-24, *Coleção Getúlio Vargas*. Também em Diário carioca, 2-12-1946.

95 CARMO, J. A. Pinto do. *Diretrizes partidários* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976), pp.172-3.

96 Discurso no comício trabalhista em Porto Alegre, em 19-11-46.

97 Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1975, p.23.

98 Id.

99 Discurso no Palácio Rio Negro, 1°-5-1954, in: *Ensaios de opinião*, n° cit., p.28.

100 "Carta-Testamento", in: *Ensaios de opinião*, cit., p.44.

101 Id.

102 "Por trás da luta udenista pela legalidade e contra Getúlio, luta de que foi porta-voz parlamentar, havia, também, a recusa do partido militarista e conservador em aceitar a fatalidade de certas mudanças. Tanto assim que o udenismo se acomodou perfeitamente com a supressão dos princípios democráticos pela Revolução de 1964, desde que ela se destinasse a erguer uma barragem de força contra a maré

esquerdizante. ” MELO FRANCO, Afonso Arinos de. *Planalto (Memórias).* (Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1968), p.78.

103 Tribuna da Impressa, Rio de Janeiro, 8-7-1953; 5-8-1953; 18-11-1953; 19/20-12-1953.

104 Entrevista de Tancredo Neves ao autor. Rio de Janeiro 22-12-1976. Ele era na época Ministro da Justiça de Vargas.

105 Documento secreto dirigido ao Ministro da Guerra, ao Chefe do Estado-Maior do Exército e outros Chefes e Comandantes Militares. *GV 1954 02 00*, Centro de Documentação de História Contemporânea, Fundação Getúlio Vargas.

106 Id. in ib.

107 Carta de Goulart a Vargas. Rio de Janeiro, 2-2-1954, *GV 1954 02 00* in ib. Cópia no Arquivo de Hugo Farias.

108 Id. in ib.

109 BENEVIDES, M. V. M. op. cit., p.92.

110 Notas manuscritas de Goulart, esboço para publicação, s/d (provavelmente 1958). DJG.

111 Pronunciamento de Goulart, original datilografado, s/d (provavelmente 1959). DJG.

112 *Programa de estabilização monetária* (dezembro de 1958 – dezembro de 1959). Tomos I e II, Ministério da Fazenda, Rio de Janeiro, 1958.

113 Pronunciamento de Goulart, cit.

114 Carta de Goulart a Benedito Valadares. Rio de Janeiro, 24-3-1959, DJG.

115 Id. in ib.

116 Id., in ib. “O Poder Público deve ser o último árbitro entre as classes, mantendo-se em condições de proteger aqueles que correm permanentemente o risco da opressão ou do desamparo”. Id, in ib.

117 Id., in ib.

118 Pronunciamento de Goulart, cit. Minuta manuscrita do discurso que pronunciou na Convenção Nacional do PTB, 1960. Minuta manuscrita de nota sobre uma reunião em Brasília com o Senador Amaral Peixoto, 1960. Nove projetos de emendas constitucionais sobre o regime de terras e o sistema de tributação. DJG.

119 Notas manuscritas sobre a reunião com Amaral Peixoto, cit. in ib.

120 SOARES, G. A. D. op. cit., pp. 230 e 231.

121 Id. ib., p.231.

122 Carta de Rômulo Almeida a Inácio de Souza, Secretário-geral do PTB (Bahia). Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1958, DJG.

123 Integravam o Grupo Compacto os Deputados Sérgio Magalhães, Temperani Pereira, Almino Afonso, Rubens Paiva e muitos outros.

124 "Com a relação à escolha de Almino Afonso, de um modo geral, entendeu-se como sendo uma afirmação de um novo espírito que domina a bancada, sem que, no entanto, representasse uma capitis deminutio de profundidade na sua força de comando. Mesmo os adversários reconheceram que a eleição de Almino fortalecia a posição oposicionista e de avanço para uma situação programática". Carta de Gilberto Crockat de Sá a Goulart, s/d (provavelmente de Brasília, em fevereiro de 1961). DJG.

125 Carta de Paulo Baeta a Goulart, Rio de Janeiro, 6-2-1961, DJG.

126 Documento elaborado por Hermes Lima, com o aval de Santiago Dantas e submetido a Goulart. DJG.

127 Id., in ib. Esse documento foi encaminhado a Goulart juntamente com uma carta assinada por Hermes Lima e Santiago Dantas, datada de Rio de Janeiro, 16-2-1961.DJG.

128 RIBEIRO, Darcy. *El dilema del America Latina (Estructuras del poder y fuerzas insurgentes),* 2ª ed., Ciclo XXI, México, 1973, p.205.

129 SOARES, Gláucio Ary Dillon. *Sociedade e política no Brasil,* Difusão Européia do Livro, 1973, p.196.

130 Idem, ibidem, pp.92 e 232.

131 BRIZOLA, L. *O Brasil, a América Latina, os Estados Unidos e o "Caso Cubano",* Conferência na União Nacional dos Estudantes, Rio de Janeiro, 16-6-1961, p.5.

132 Id., ib., p.3.

133 Id., ib., p.3.

134 Id., ib., p.4.

135 Id., ib., p.4.

136 Id., ib., p.4.

137 BRIZOLA, L. *Subdesenvolvimento (Atraso – pobreza – marginalismo) função do processo espoliativo,* Conferência no Colégio Júlio de Castilhos, Porto Alegre, 20-10-1961, p.9.

138 Id., ib., p.10.

139 BRIZOLA, L. *O Brasil, a América Latina, os Estados Unidos e o "Caso Cubano",* p.9.

140 BRIZOLA, L. *Palavras à mocidade do meu país,* Conferência em Presidente Prudente, na Junta Acadêmica Regional do Oeste Paulista e Norte Paranaense, em 25-11-1961, págs. 10 e 11.

141 Id., ib., p.11.

142 BRIZOLA, L. *O Brasil, a América Latina, os Estados Unidos e o "Caso Cubano",* p.14.

143 BRIZOLA, L. *Palavras à mocidade do meu país,* p.12.

144 BRIZOLA, L. *Subdesenvolvimento (Atraso – pobreza – marginalismo) função do processo espoliativo,* págs. 11 a 13.

145 Id., ib., p.12.

146 Id., ib., p.7.

147 BRIZOLA, L. *Palavras à mocidade do meu país,* p.15.

148 BRIZOLA, L. *O Brasil, a América Latina, os Estados Unidos e o "Caso Cubano",* p.15.

149 Id., ib., p.15.

150 Com a transferência do Distrito Federal para Brasília, a cidade do Rio de Janeiro tornou-se Estado da Guanabara. Só muitos anos depois houve a fusão com o Estado do Rio de Janeiro.

151 *Documentos do encontro dos trabalhistas do Brasil com os trabalhistas no exílio.* Lisboa: 15, 16 e 17-6-1979 – Edição da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, s/d.

152 Partido trabalhista brasileiro – Manifesto, programa, estatuto – *Edição da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, s/d.*

A INTERNACIONAL SOCIALISTA E A AMÉRICA LATINA

A compreensão da atual política da Internacional Socialista em face do Terceiro Mundo e, em particular, da América Latina requer breve exame da estrutura mundial do capitalismo, desde o final do século XIX, quando a expansão do capital financeiro e o aparecimento dos cartéis, trustes, sindicatos e outras formas de monopólio empresarial atingiram níveis bastante elevados, que, deslocando o eixo da competição para o mercado mundial, exacerbaram, contraditoriamente, as rivalidades nacionais e provocaram a Primeira Grande Guerra (1914-18).

Mas o desenvolvimento combinado, desigual e irregular do capitalismo, que já não comportava nos estreitos limites dos Estados nacionais, impedira que o proletariado mundial alcançasse, tanto do ponto de vista sindical quanto do ponto de vista partidário, a unidade e a coesão indispensáveis à consecução dos objetivos socialistas. O progresso da economia capitalista, na verdade, cindira-o, ao propiciar a alguns dos seus segmentos, aqueles mais qualificados e organizados, melhores condições de vida. As conquistas tecnológicas, incrementando a produtividade do trabalho, permitiram que as classes dominantes das potências capitalistas, a fim de evitar a revolução social, atendessem às reivindicações operárias, ao mesmo tempo que transferiam grande parte do ônus da acumulação para os países exportadores de matérias-primas, mediante o aviltamento dos preços dos produtos primários nas relações de troca por artigos industriais. A ampliação da miséria, como consequência do processo de concentração e centralização do capital, ocorreu, porém, ao nível das nações, à medida que algumas, industrializadas, se opulentaram à custa de empobrecimento de outras, exportadoras de matérias-primas. Dessa forma, graças ao fomento da produção de mais-valia relativa e à maior apropriação do excedente econômico nos países coloniais, semicoloniais e em desenvolvimento, o sistema capitalista, cartelizado, pôde proporcionar ao proletariado, na Europa e nos Estados Unidos, uma situação de bem-estar, conforto e segurança, nunca antes imaginada, ofuscando o sentido internacional e empecendo o caráter revolucionário de suas lutas.

A ação dos partidos socialistas e sociais-democratas, que apoiaram os governos capitalistas de seus respectivos países na guerra de 1914-18, contribuiu, em larga medida, para o êxito de um pacto social, já esboçado desde o final do século XIX e sacramentado pelo Tratado de Versalhes (1919), ao determinar a criação da Organização Internacional

do Trabalho (OIT) e impor aos seus signatários a adoção de leis trabalhistas. Com suas políticas de reforma, aqueles partidos, pertencentes à Internacional Socialista, compatibilizaram as demandas da classe operária com as necessidades da acumulação capitalista, ajustando-as a limites suportáveis para o funcionamento do sistema e impedindo, em contrapartida, a exploração excessiva da força de trabalho. As políticas de reforma sofrearam, assim, o avanço do movimento comunista e entravaram qualquer tentativa de mudança revolucionária da ordem social e política na Europa. O pacto social-democrático não se viabilizaria, entretanto, nos países coloniais, semicoloniais e em desenvolvimento, onde as condições objetivas e subjetivas diferentemente se configuravam. De um lado, não interessava ao capitalismo internacional, nem convinha à aristocracia operária, influenciando sindicatos e os partidos socialistas e social-democratas na Europa, que aquele pacto se estendesse à periferia do sistema, pois liquidaria sua própria base de sustentação. De outro, a prevalência dos interesses estrangeiros sobre as economias locais, na Ásia, África e América Latina, compelia as massas trabalhadoras, naquelas regiões, a endossarem as posições do nacionalismo como premissa da emancipação social. Por estas razões, entre outras, o projeto da Internacional Socialista, tentando adequar, através de reformas, os objetivos socialistas à democracia política, não seduziu os povos, nos países economicamente mais atrasados, onde, precisamente, as propostas revolucionárias da Internacional Comunista, com ênfase na luta antiimperialista, encontraram maior receptividade.

Esta tendência se acentuou, sobremodo, depois da Segunda Guerra Mundial, quando os Estados Unidos emergiram como potência dominante no sistema capitalista, em oposição à União Soviética e a outros países que tratavam de extinguir as velhas relações de propriedade e de construir o socialismo, ainda que com sérias e graves distorções, devido ao baixo desenvolvimento interno de suas forças produtivas. O pacto social-democrático, ao ampliar o mercado interno e reduzir a taxa de lucro na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, determinou, porém, o incremento da emigração de capitais para a periferia do sistema, onde havia estoques abundantes de força de trabalho e de matérias-primas. A transferência de plantas industriais, principalmente de bens duráveis de consumo, tinha então como objetivo, *inter alia*, o barateamento dos custos de produção e a recuperação da taxa média de lucro. Este foi, ao que tudo indica, o fator que influiu para a transformação das modernas empresas transnacionais e o surgimento dos *newly industrializing countries*, como consequência da redivisão do trabalho

internacional, em que as potências capitalistas mais avançadas conservariam o monopólio da tecnologia, a produção de bens de capital e o nervo financeiro. Entretanto, embora pactuasse com os socialistas e social-democratas, na Europa Ocidental, o capital financeiro internacional não podia tolerar, no chamado Terceiro Mundo, a existência de sindicatos fortes e de partidos reformistas, com bases populares, capazes de influenciar as decisões do Estado. Seria necessário o estabelecimento de regimes autoritários, que reprimissem a classe operária emergente, nos novos países industrializados, e bloqueassem, sobretudo, a elevação dos salários, de sorte e assegurar a apropriação de um excedente econômico suficiente para equilibrar, ao nível internacional a taxa média de lucro. Daí os golpes de Estado, no Brasil e em outros países da América Latina, a partir da década de 60. A tomada do poder político diretamente pelos militares, mantendo os Estados em contra-revolução permanente, visou então a quebrar as resistências nacionalistas e à expansão das empresas transnacionais que tratavam de controlar não mais apenas o processo de circulação, mas, também, o processo de produção das manufaturas, no chamado Terceiro Mundo. O funcionamento da democracia formal, com a plenitude das liberdades políticas e os direitos de greve e organização, dificultava a contenção dos salários e a aplicação de outras medidas econômicas, reclamadas pelo Fundo Monetário Internacional e outras instituições financeiras dos Estados Unidos e da Europa Ocidental.

Em pronunciamento perante a poderosa American Management Association, como *chairman* de uma conferência sobre investimentos na América Latina, Haskel L. Hoffenberg, Presidente da Latin American Ressources Inc., ex-dirigente da Ultralar no Brasil e elemento ligado à CIA, demonstrou, claramente, o aplauso das corporações internacionais à repressão nos países em desenvolvimento. Após exaltar o Brasil como "bastião da livre empresa" e seus pretendidos êxitos econômicos, ele, ao abrir os debates exortou a administração de Washington a considerar a possiblidade de intervenção na América Latina e a oferecer apoio aos governos bem-sucedidos no processo de desenvolvimento econômicos, mesmo que fosse reputados como repressivos.[1] Por sua vez, Franco Urani, Diretor-geral da Fiat do Brasil, manifestou o maior entusiasmo com os resultados da repressão naquele País, por gerar o "o clima de estabilidade e segurança", que o transformou no "paraíso dos investimentos estrangeiros", e manter "a disciplina do trabalhador brasileiro", em contraste "com a agitação e a desordem que afligem todos os países desenvolvidos da área capitalista, cheios de problemas de greves, contínuo

aumento dos custos e queda dos lucros".[2] Aliás, no curso de investigações realizadas pelo Bundestag, a confederação dos sindicatos da República Federal da Alemanha tentou provar, com o exemplo da Espanha ainda sob o regime de Franco, que o interesse das corporações alemãs aumentava na razão direta do recrudescimento da ação policial contra a classe operária.[3]

As políticas da repressão dos governos militares, ao aviltarem, na América Latina e em geral nos países do chamado Terceiro Mundo, os níveis salariais do proletariado, possibilitaram uma espécie de *dumping* no mercado da força de trabalho. E os capitais internacionais em busca de fatores mais baratos de produção, deslocaram-se em grande parte para a América Latina, África e Ásia, onde, encontrando condições de investimento aparentemente mais estáveis, seguras e lucrativas, estabeleceram suas plataformas de exportação. A consequência, agravada pela automação da indústria com a crescente utilização dos *minichips* (robôs industriais), foi o aumento da taxa de desemprego na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, onde a situação se tornou cada vez mais dramática para a classe operária, a partir da crise de 1973. Em 1979, no conjunto dos países capitalistas mais avançados, já havia cerca de 17 milhões de desempregados,[4] o que obrigava os Estados de bem-estar social, reforçando os fatores de inflação, a dispender volumosos recursos para sustentar o consumo dos contingentes de trabalhadores condenados à ociosidade. A existência desse poderoso exército industrial de reserva debilitou, naturalmente, o poder de negociação da classe operária, cuja articulação sindical e política, restrita aos limites de seus respectivos Estados, não acompanhara o desenvolvimento da organização transnacional capitalista. E os sindicatos tinham assim de ceder às condições impostas pelas empresas, que, com subsidiárias nos novos países industrializados, contavam com amplos recursos para resistir às pressões e minimizar os efeitos de qualquer paralisação do trabalho. Os regimes autoritários ou Estados em contra-revolução permanente, nos países do chamado Terceiro-Mundo, criaram assim as condições para a negação, na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, do pacto social-democrático, do qual também resultaram como o do outro verso dos Estados de bem-estar social.

Desde 1972, pelo menos, algumas organizações sindicais, tanto nos Estados Unidos como na Europa Ocidental, começaram a preocupar-se com o problema, dando sinais de que tomavam consciência da situação e da necessidade de coordenar e promover ações comuns com os trabalhadores dos novos países industrializados, que as empresas

transnacionais transformaram em plataformas de exportação. Naquele ano, depois que a Ford anunciou o propósito de produzir motores, inclusive para exportação, em Taubaté (São Paulo) os dirigentes da AFL-CIO (American Federation of Labor – Congress of Industrial Corporation) condenaram a mudança de fábricas para países como o Brasil, onde os salários eram sensivelmente mais baixos, e apontaram esse desnível como um dos fatores que contribuíram para a elevação do índice de desemprego nos Estados Unidos. Outra organização sindical, a LAW (Internacional Automobile Workers), manifestou, por sua vez, a intenção de coordenar a luta, em escala mundial, para obter das corporações transnacionais, ao menos, a equiparação dos níveis salariais dos seus operários, nos diversos países em que atuam. Em 1979, a repressão da classe operária, na América Latina, constituiu uma das principais preocupações do Congresso da UITA (União dos Trabalhadores da Alimentação), cujo Secretário-geral, Dan Gallin, denunciou as corporações transnacionais como fonte dos problemas que, em todo o mundo, afligem os trabalhadores, conclamando-os a se organizarem, internacionalmente para a vitória de sua reinvidicações.[5] As manifestações de solidariedade dos sindicatos da República Federal da Alemanha à greve dos metalúrgicos em São Paulo, em 1979 e em 1980, e a presença de um líder sindical italiano, em Minas Gerais, durante a paralisação da fábrica da Fiat não representaram, assim, fatos isolados. Segundo o Prof. Albrecht von Gleich, o modelo de uma redução das oportunidades de emprego, como consequência do deslocamento da produção para os países com níveis salariais mais baixos, foi o que, fundamentalmente, induziu os sindicatos e os trabalhadores da República Federal da Alemanha a apoiarem seus companheiros de além-mar, ajudando-os a melhorar sua situação econômica e a fortalecerem sua posição social e política, tanto nas fábricas como em termos gerais.[6]

Como o próprio Secretário-geral da UITA, Dan Gallin, salientou, a greve tende a perder sua eficácia como instrumento de pressão, se a companhia, na qual irrompeu, continua a operar, normalmente, com unidades de produção instaladas em outros países.[7]

Uma articulação internacional maior seria, portanto, um dos passos que os sindicatos da Europa Ocidental e dos Estados Unidos teriam de promover, em busca de coesão e de unidade com os trabalhadores do chamado Terceiro Mundo, sobretudo os dos novos países industrializados, para a defesa de seus interesses comuns. A CIOLS (Confederação Internacional de Sindicatos Livres), comprometida política e ideologicamente com o imperialismo, e ao CMS (Confederação Mundial de Sindicatos),

de tendência comunista, pouco, entretanto, poderiam realizar, mesmo porque nunca representaram relevante papel na articulação política internacional do proletariado. A ação sindical sempre se defrontou, além do mais, com inúmeras limitações objetivas e subjetivas, inclusive no âmbito nacional dos Estados, sendo esta uma das causas do aparecimento, durante o século XIX, dos modernos partidos políticos, com base no movimento operário. E tais limitações evidentemente se acentuaram, no mundo contemporâneo, onde a organização transnacional da produção e do consumo se expandiu, em contradição com as formas nacionais de constituição das sociedades e dos Estados. As diferenças de condições sociais e políticas da classe operária, obstaculizariam, por exemplo, o êxito da coordenação internacional de uma greve, que visasse a paralisar, simultaneamente, todas as unidades de produção da mesma empresa espalhada por diversos países. Deste modo, com o agravamento da crise do capitalismo, a partir de 1973, a luta econômica começou a despertar, sobretudo na Europa Ocidental, a consciência da necessidade da ação política, para o combate às ditaduras militares e aos regimes autoritários, que favorecem os interesses de investimento das corporações transnacionais e desequilibram, em detrimento das reinvindicações do trabalho, a correlação de forças do pacto social-democrático. Em 1973, Olof Palm, líder do Partido Social-Democrata da Suécia, observou que os trustes multinacionais e a concentração do poder econômico constituíram as duas questões que apresentavam interesse imediato para os sindicatos, delineando-se, segundo entendia, uma ocasião favorável ao estreitamento de suas relações com a Internacional Socialista.[8]

Desde aquela época, efetivamente, a Internacional Socialista, que bem ou mal representa, em nível político, a imensa maioria do proletariado da Europa Ocidental, principiou a intensificar suas atividades nos países do chamado Terceiro Mundo, em particular da América Latina, com os quais nunca se preocupou e onde de fato nunca exerceu maior influência. Seus esforços visaram, principalmente, ao estabelecimento de uma aliança com partidos já existentes, de caráter popular ou populista, e com as frentes de libertação nacional, como os casos da Nicarágua e de El Salvador, endossando suas políticas de insurreição contra as ditaduras, através da luta de guerrilhas. Assim, da mesma forma que os partidos comunistas, na Europa Ocidental, precisaram ajustar-se, teórica e praticamente, às condições criadas pelo pacto social-democrático, por meio do chamado eurocomunismo, a Internacional Socialista teve de inflectir para a esquerda ao

formular suas políticas para a América Latina. Em 1980, Fidel Castro, perante o Congresso do Partido Comunista de Cuba, reconheceu que,

> "apesar das conhecidas diferenças ideológicas que separam os revolucionários marxistas-leninistas dos social-democratas, quando examinamos o imediato, quando nos referimos às atuais condições históricas, a participação social e a social-democratização de antigos partidos burgueses e oligárquicos da América Latina tem um caráter positivo".[9]

Além da necessidade de democratizar, no Terceiro Mundo, as condições políticas da luta pelo contrato de trabalho, evitando que os regimes repressivos continuem a fomentar a evasão de capitais da Europa Ocidental, outros vários e complexos fatores concorreram para que a Internacional Socialista se reorientasse no sentido de uma posição mais à esquerda. O trágico exemplo do golpe de Estado no Chile e o êxodo de milhares de refugiados da América Latina, onde as ditaduras militares se instalaram, para a Europa Ocidental causaram forte impacto sobre os partidos filiados à Internacional Socialista. A interrupção sangrenta, com o apoio dos Estados Unidos e das corporações transnacionais, de uma experiência do tipo social-democrata, como a realizada pelo Presidente Salvador Allende, alertou-os para a possibilidade de que fatos semelhantes poderiam, talvez, ocorrer na Europa Ocidental, ao tempo em que abalou a doutrina da transição democrática para o socialismo, pela via eleitoral e por meio de reformas, sem destruir a legalidade burguesa e o velho aparelho de Estado. A intensificação da luta de classes e o aguçamento das contradições entre os Estados Unidos e a Europa Ocidental contribuíram, por outro lado, para empurrar à esquerda algumas correntes, nos partidos filiados à Internacional Socialista, cujas bases operárias parecem condicionar a redefinição de suas políticas, à medida que o aprofundamento da crise estrutural do capitalismo abala o pacto social-democrático, consagrado o impasse entre o proletariado e a burguesia, tirou a eficiência econômica do capitalismo sem, contudo propiciar a transformação política da sociedade, constituindo esta uma das suas causas de sua decadência. As condições que sustentaram o pacto-social democrático e as velhas políticas da Internacional Socialista começaram, na verdade, a desaparecer em toda a Europa Ocidental, desde 1973. A expansão internacional do capitalismo, ao possibilitar o financiamento dos Estados de bem-estar social, criou também as condições para a sua negação, com o desenvolvimento dos novos países industrializados, tais como Taiwan, Hong-Kong, Cingapura, Malásia, Indonésia e

Brasil, que restauravam os termos tradicionais da apropriação do excedente econômico. A elevação dos níveis salariais, naqueles países, reduzindo, internacionalmente, a diferença entre as taxas de lucro, e a repartição geral da riqueza com o chamado Terceiro Mundo, sem eliminar as relações capitalistas, implicariam, porém, uma queda nos padrões de vida dos povos da Europa Ocidental e dos Estados Unidos.

Por isto a Internacional Socialista busca oferecer alternativas políticas para transformar a estrutura internacional do capitalismo, rompendo a bipolarização ideológica entre os Estados Unidos e a União Soviética, que a guerra fria fomenta e que termina por antagonizar os próprios conceitos de democracia e socialismo.

NOTAS

1 American Management Association – International Briefing Session – *The Changing Latin American Business Environment – Development in Key Countries* – 1/26-27/71 10310-02.

2 "La Fiat brasiliana e i compiti della classe operaia", publicado em *America Latina no oficial Roma, setembro de 1974, n°5, pp.15 a 21.*

3 *Frankfurter Allgemeine Zeetung, Frankfurt*, 12-11-1974.

4 WOLF, Winfried – "A nova recessão internacional em 1980", *in Perspectiva mundial*, Ano I, n° 1, Lisboa, março de 1980, p.5.

5 *Jornal do Comércio*, Porto Alegre, 31-10-1979, p.26.

6 Gleich, Albrecht von – *The interactions between the Nation State and transnational corporations in Latin America (The case of German and Swiss firms operating in Brazil)* – Institute of Iberamerican Studies, Hamburg, August 1981, p.42.

7 *Jornal do Comércio*, Porto Alegre, 31-10-1979, p.26.

8 "Carta de Olof Palm a Bruno Kreisky e Willy Brandt", 10-5-1973, in Brandt, Willy Kreisy, Bruno e Olof Palm – *La social democratize et l'avenir,* Gallimar, Paris, 1976, p.121.

9 Castro, Fidel. "Informe central al Segundo Congresso del Partido Comunista de Cuba", *in Bohemia*, ano 72, n° 52, Diciembre 26 de 1980, Havana, p.65.